

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ADMINISTRAÇÃO

DIANA KÁTIA DE LIMA

**PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR
PELOS RESTAURANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO
SUL E DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**

Campo Grande – MS

2024

DIANA KÁTIA DE LIMA

**PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR
PELOS RESTAURANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO
SUL E DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação stricto Sensu da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de concentração em Gestão do Agronegócio e Organizações.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Caroline Pauletto Spanhol

Coorientadora: Profa. Dr^ª. Christiane Marques Pitaluga

Campo Grande – MS

2024

DIANA KÁTIA DE LIMA

**PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR
PELOS RESTAURANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO
SUL E DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação stricto Sensu da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Caroline Pauletto Spanhol - UFMS
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani - UFMS
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Prof^ª. Dr^ª. Janaína Balk Brandão - Membro Externo
Universidade Federal de Santa Maria

Campo Grande, MS 22 de outubro de 2024.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo carinho e imenso amor que tem por mim, por colocar pessoas maravilhosas na minha caminhada, que me fazem acreditar que posso ir mais longe sempre.

A minha mãe, grande incentivadora de todos os momentos, obrigada por nunca medir esforços para me ensinar o caminho do bem, obrigada pelo apoio incondicional e por me encorajar todos os dias. Igualmente ao meu falecido Pai, que permaneceu ao meu lado tempo suficiente para ensinar os maiores valores da vida como fé, coragem e honestidade.

Ao meu filho e parceiro de todas as horas, que mesmo em minhas ausências, compreendeu a situação, e sempre me motivou a continuar.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAD), em especial a minha orientadora, Prof^a Caroline Pauletto Spanhol e Coorientadora Prof^a Christiane Marques Pitaluga, pela atenção dispensada e todos os ensinamentos que contribuíram para o desenvolvimento do trabalho e o meu crescimento acadêmico.

Aos professores que compuseram a banca pelo aceite e contribuição a esta pesquisa.

Aos colegas do mestrado pela oportunidade de compartilhar conhecimento, em especial a minha amiga Magna Lourdes Lisboa Dietrich, que foi um porto seguro nos momentos ansiosos.

A UFMS por meio do Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola Superior de Administração e Negócios - ESAN pela oportunidade de formação e desenvolvimento profissional.

A todos que contribuíram de alguma forma para a realização de um sonho.

Meus sinceros agradecimentos.

“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”

Paulo Freire

RESUMO

As universidades desempenham papel de destaque como espaços de discussão e conhecimento, e impulsionam o desenvolvimento regional ao promoverem atividades de ensino, pesquisa e extensão em benefício da comunidade. Os Restaurantes Universitários (RUs) têm sido importantes na promoção de uma alimentação saudável, especialmente por meio do Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade Compra Institucional (PAA-CI), que facilita a compra de alimentos da Agricultura Familiar (AF) pelos RUs, fortalecendo a conexão entre produção e consumo. Essas mudanças no âmbito dos RUs percorreram um longo caminho, iniciado nos anos 1990, quando o Estado brasileiro passou a desempenhar um papel significativo na implementação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. O objetivo principal desta pesquisa é compreender o processo de aquisição de alimentos provenientes da AF pelos Restaurantes Universitários de Mato Grosso do Sul, especificamente das Instituições UFMS e UFGD. A pesquisa está alinhada a um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Agenda 2030, especificamente o ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável. A pesquisa contou com uma abordagem qualitativa, com o suporte de procedimentos bibliográficos, análise documental e entrevistas. Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como exploratória. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com os principais atores envolvidos no processo. A interpretação dos dados contou com a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin, que ressaltou a importância da construção e fortalecimento de diálogos entre todos os atores sociais envolvidos no processo das compras públicas. Além disso, foi realizada uma análise complementar utilizando o *software Iramuteq*. Os resultados revelaram que as Instituições UFMS e UFGD, reconhecem a importância de adquirir os alimentos da AF. Embora poucas ações tenham sido realizadas para impulsionar esse movimento, existe potencial para melhorar a situação atual. A UFGD demonstra um passo à frente, com a realização de um possível projeto de conscientização, em 2024, e uma fiscalização mais ativa junto à empresa terceirizada. Em contrapartida, a UFMS espera que, a partir desta pesquisa, ocorra tratativas entre os atores envolvidos para promover avanços no processo de compras da AF, especialmente com a recente inauguração do Mercado Escola da Agricultura Familiar. Por fim, o estudo cumpriu seu objetivo ao revelar o contexto atual das compras públicas nos RUs analisados, destacando as potencialidades e fragilidades que permeiam o processo de aquisição de alimentos provenientes da AF. Apontamentos esses que podem levar a prática de ações mais ajustadas proporcionando melhorias para os usuários dos Restaurantes, à sociedade e para o desenvolvimento local.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar, Políticas Públicas, Compras Institucionais e Restaurantes Universitários.

ABSTRACT

Universities play a prominent role as spaces for discussion and knowledge, and boost regional development by promoting teaching, research and extension activities for the benefit of the community. University Restaurants (RUs) have been important in promoting healthy eating, especially through the Food Acquisition Program in the Institutional Purchase modality (PAA-CI) which facilitates the purchase of food from Family Farming (AF) by RUs, strengthening the connection between production and consumption. These changes within the RUs have come a long way, starting in the 1990s, when the Brazilian State began to play a significant role in implementing public policies aimed at strengthening family farming. The main objective of this research is to understand the process of acquiring food from AF by University Restaurants in Mato Grosso do Sul, specifically from the UFMS and UFGD Institutions. The research is aligned with one of the 17 Sustainable Development Goals (ODS) established by the United Nations (ONU) in the 2030 Agenda, specifically ODS 2: Zero Hunger and Sustainable Agriculture. The research used a qualitative approach, supported by bibliographic procedures, document analysis and interviews. Regarding objectives, the research is classified as exploratory. Data collection was carried out through semi-structured interviews with the main actors involved in the process. Data interpretation relied on the content analysis technique proposed by Bardin, which highlighted the importance of building and strengthening dialogues between all social actors involved in the public procurement process. Furthermore, a complementary analysis was carried out using the Iramuteq software. The results revealed that the UFMS and UFGD Institutions recognize the importance of purchasing AF food. Although few actions have been taken to boost this movement, there is potential to improve the current situation. UFGD demonstrates a step forward, with the carrying out of a possible awareness project, in 2024, and more active supervision with the outsourced company. On the other hand, UFMS hopes that, based on this research, negotiations will take place between the actors involved to promote advances in the Family Farming purchasing process, especially with the recent inauguration of the Family Agriculture School Market. Finally, the study fulfilled its objective by revealing the current context of public purchases in the RUs analyzed, highlighting the potentialities and weaknesses that permeate the process of purchasing food from Family Farming. These notes can lead to the practice of more adjusted actions, providing improvements for restaurant users, society and local development.

Keywords: Family Farming, Public Policies, Institutional Purchasing and University Restaurants.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ocupação de Pessoal na Agricultura Familiar

Figura 2 - Gradiente de inserção das unidades produtivas nos mercados segundo o grau e o nível de autonomia e dependência

Figura 3 - Atuação da UFMS no Estado de Mato Grosso do Sul

Figura 4 - Revitalização do Restaurante Universitário da Cidade Universitária - UFMS

Figura 5 - Fachada do Restaurante Universitário da Cidade Universitária - UFMS

Figura 6 - Início do Projeto Mercado Escola - UFMS

Figura 7 - Obras do Mercado Escola - UFMS

Figura 8 - Restaurante Universitário da UFGD

Figura 9 - Reforma do Restaurante Universitário da UFGD

Figura 10 - Reforma do Restaurante Universitário da UFGD

Figura 11 - Reforma do Restaurante Universitário da UFGD

Figura 12 - Nuvem de palavras das entrevista realizadas na UFMS e UFGD

Figura 13 - Análise de similitude das entrevistas realizadas na UFMS e UFGD

Figura 14 - Classificação Hierárquica Descendente (CHD)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Programas e normativas no âmbito da Agricultura Familiar

Quadro 2 - Grupo de entrevistados nas Instituições UFMS e UFGD

Quadro 3 - Matriz de Amarração Metodológica

Quadro 4 - Quantidade de Refeições servidas no Restaurante Universitário da UFGD, em 2023

Quadro 5 - Comparativo dos RUs das Instituições analisadas

Quadro 6. Diretrizes para o processo de aquisição de produtos da agricultura familiar nos RUs da UFMS e UFGD.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação Relativa dos Estabelecimentos Familiares no Brasil

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF - Agricultura Familiar

CAE - Conselho de Administração Escolar

CAF - Cadastro Nacional da Agricultura Familiar

CEUD - Centro Universitário de Dourados

CFN - Conselho Federal de Nutrição

CGU - Controladoria Geral da União

CI - Compra Institucional

CONAB - Companhia Nacional de abastecimento

CPS - Compras Públicas Sustentáveis

COOPERAPOMS - Cooperativa de Produção e Comercialização da Rede dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFES - Instituição Federal de Ensino Superior

MS - Mato Grosso do Sul

ODS - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

PAB - Programa Alimenta Brasil

PPA - Programa de Aquisição de Alimentos

PPS - Política Pública Sustentável

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAES - Política Nacional de Assistência Estudantil

PNSAN - Política de Segurança Alimentar e Nutricional

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RU - Restaurante Universitário

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SIGPC - Sistema de Gestão de Prestação de Contas

TCU - Tribunal de Contas da União

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFV - Universidade Federal de Viçosa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	18
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À AGRICULTURA FAMILIAR.....	18
2.1.1 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.....	24
2.1.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.....	26
2.2 COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS.....	29
2.3 COMPRA INSTITUCIONAL.....	31
2.4 MERCADO (S) E AGRICULTURA FAMILIAR.....	32
2.5 O PAPEL DOS RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS NA ALIMENTAÇÃO DOS ESTUDANTES.....	36
2.6 BREVE PANORAMA DAS COMPRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR PELAS IFES NO BRASIL.....	37
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	42
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	42
3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	44
3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	46
3.4 MATRIZ DE AMARRAÇÃO.....	48
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	50
4.1 O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PELA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL.....	50
4.2 O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS.....	59
4.3 ANÁLISE DE DADOS COMPLEMENTARES COM O IRAMUTEQ.....	69
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS.....	81
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - GESTOR/FISCAL DE CONTRATO DA INSTITUIÇÃO.....	90
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - REPRESENTANTE DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO.....	92
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - NUTRICIONISTA DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO.....	94

1. INTRODUÇÃO

As Universidades exercem um papel essencial por serem locais de debate sobre questões relevantes e desempenham uma função fundamental no apoio ao desenvolvimento regional, na transformação de realidades e na promoção de atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas para o benefício da comunidade (Triches *et al.*, 2023).

Neste contexto, os Restaurantes Universitários (RUs) surgem como ambientes propícios para a promoção de uma alimentação saudável (Barroso, 2019). A partir de 2012, a modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA-CI) e o Decreto 8.473 de 2015 têm viabilizado a aquisição de alimentos da Agricultura Familiar (AF) pelos RUs, fortalecendo a relação entre a produção e o consumo.

O reconhecimento da importância da AF foi reforçado pela proclamação da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a "Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar (2019-2028)", elevando a percepção do papel fundamental da AF não só na esfera rural, mas também dentro das redes territoriais em que está integrada, enfatizando seus aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais (ONU/FAO, 2019).

Essa ênfase global a AF resulta em como os agricultores familiares, caracterizados por, tipicamente, operarem em pequenas parcelas de terra, geralmente propriedade privada, têm sido reconhecidos e apoiados por políticas públicas. Por meio da terra, os agricultores familiares obtêm o essencial para alimentar suas próprias famílias, e também para comercializar, adquirir, trocar e acumular produtos excedentes (Schneider, 2016).

A partir da década de 1990, algumas mudanças aconteceram no contexto da agricultura familiar, passando a ser considerada formalmente como uma categoria definidora de políticas públicas. O Estado brasileiro passou a reconhecer a divisão existente entre os Produtores Rurais e o setor da agricultura familiar, este recebendo atenção político-institucional por meio de políticas públicas específicas (Souza *et al.*, 2019).

Dentre as iniciativas implementadas pelo Estado, voltadas para o apoio à alimentação saudável e o desenvolvimento da agricultura familiar (AF), destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE surgiu em 1979, mas somente em 1988 essa iniciativa foi garantida pela Constituição Federal, passando por vários aperfeiçoamentos desde a sua criação. Em 16 de junho de 2009, a promulgação da Lei Federal nº 11.947 trouxe mudanças significativas no desenvolvimento do PNAE, voltados a atender as necessidades nutricionais dos estudantes durante a fase escolar, e contribuir com o desenvolvimento local no que diz respeito a geração de trabalho e renda para as famílias (Brasil, 2009).

O PNAE apresenta como objetivo colaborar com o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, utilizando-se de ações que envolvam a educação alimentar e nutricional e a oferta de refeições que atendam às suas necessidades nutricionais durante o período letivo (Brasil, 2009).

A Lei Federal 11.947, sancionada em 2009, fortaleceu a conexão entre alimentação escolar e a agricultura familiar ao estabelecer que no mínimo trinta por cento do total dos recursos repassados pelo FNDE, para o atendimento da alimentação escolar dos alunos da educação básica, deverão ser utilizados nas aquisições de gêneros alimentícios diretamente da AF e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações (Brasil, 2009).

Além do PNAE, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), é mais uma iniciativas para o fortalecimento da AF, instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, regulamentado posteriormente por diversos decretos, vigente nos dias atuais o Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023, surgiu para auxiliar o fortalecimento da produção da AF, promovendo a inclusão social e diversificação de alimentos, favorecendo a redução das desigualdades no contexto rural (Brasil, 2003).

Desde sua criação, o PAA vem passando por estruturações nas modalidades de compras, e em 2012, o Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, autorizou uma nova modalidade de compra: a modalidade Compra Institucional (CI), permitindo que os órgãos da União, estados, Distrito Federal e municípios comprem alimentos da AF com recursos próprios (Brasil, 2012). Essa modalidade possibilita que órgãos públicos com necessidades regulares de alimentos adquiram diretamente dos produtores rurais, dispensando o processo de licitação (Giombelli, 2018).

O Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015, reforçou a determinação, a partir de 2016, da compra de alimentos provenientes de agricultores familiares e suas organizações para o abastecimento de instituições públicas federais. Incentivando a aquisição de produtos da AF local, próxima aos pontos de consumo (Giombelli, 2018). O referido Decreto sofreu revogações, estando vigente o Decreto 11.802/2023.

No entanto, mesmo após quase uma década da publicação do Decreto nº 8.473/2015, os estudos sobre a implementação dessas políticas nos Restaurantes Universitários, referem-se a regiões específicas do país como a Região Sul (Fernandes, 2013; Giombelli, 2018; Barroso, 2019; Parizotto, 2019; Triches *et al.*, 2022; Triches *et al.*, 2023), Minas Gerais (Assis, 2016)

e Alagoas (Santos; Felix, 2022). Apenas o trabalho de Salgado, Souza, Ferreira (2021) apresenta uma análise geral das compras de alimentos nas IFES do país.

Dessa forma, considerando a relevância dos RUs para o atendimento nutricional diário dos estudantes, a sua potencialidade no desenvolvimento de uma alimentação saudável e no desenvolvimento da agricultura familiar no estado de Mato Grosso do Sul, detectou-se a necessidade de estudo específico envolvendo a temática dos maiores Restaurantes Universitários de Mato Grosso do Sul, isto é, na UFMS e UFGD, instituições reconhecidas no estado, no Brasil e internacionalmente.

O estudo utiliza, além dos dados secundários, a coleta de dados primários, e concentra a análise nos aspectos inerentes e particulares da UFMS e UFGD, ou seja, como acontece, na prática, o processo de compras de gêneros alimentícios servidos nos RUs.

A UFMS é uma Instituição que possui mais de trinta e sete mil estudantes matriculados na Graduação e Pós-Graduação, deste total, aproximadamente vinte e sete mil estudantes concentram-se na Cidade Universitária, localizada em Campo Grande. A IFES classificou-se em 2023 como a 27ª melhor universidade do Brasil de acordo com o *ranking* internacional *Center for World University Rankings* (UFMS, 2023a).

Enquanto a UFGD, apesar de ser uma das mais novas Universidades Federais do Brasil, atende mais de oito mil estudantes matriculados, conquistou o seu lugar na lista do *World University Rankings* em 2021, ficando na posição 126-150. *Ranking* que é considerado uma referência mundial em análise de ensino superior (UFGD, 2021).

Dessa forma, a questão norteadora auxiliará no desenvolvimento da investigação: Verificar quais as principais dificuldades das Universidades Federais do Estado de Mato Grosso do Sul para a realização da compra de produtos da agricultura familiar?

Cabe ressaltar que a pesquisa faz menção a um dos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o objetivo 02 - Fome Zero e Agricultura Sustentável: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição, promovendo uma agricultura sustentável e o acesso equitativo aos recursos agrícolas.

Nessa perspectiva, o objetivo geral do trabalho consistiu em compreender o processo de aquisição de alimentos provenientes da Agricultura Familiar pelos maiores restaurantes universitários das Instituições Federais de Ensino Superior (IFEs) de MS: UFMS e UFGD. Especificamente, pretende-se: a) Analisar a existência de possíveis entraves, fragilidades e potencialidades que permeiam o processo de compra de alimentos provenientes da agricultura familiar pelos RUs. e, b) Propor ações mais ajustadas e inclusivas para o aprimoramento do processo de aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar pelas IFES analisadas.

A pesquisa está estruturada em cinco seções, iniciando com a introdução onde são descritos o contexto do estudo, o problema de pesquisa, a justificativa e os objetivos geral e específicos. A segunda seção é dedicada à revisão de literatura, aprofundando os conceitos que fundamentam a análise e sustentam os objetivos propostos.

A terceira seção descreve os procedimentos metodológicos incluindo a caracterização da pesquisa, os procedimentos de coleta, análise e interpretação dos dados. A quarta seção expõe as análises e resultados obtidos, com os detalhes do processo de aquisição de compras de alimentos na UFMS e UFGD. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais, destacando os aspectos mais relevantes encontrados na pesquisa.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção será apresentada a revisão de literatura sobre os principais conceitos e assuntos relacionados à pesquisa. Assim, para uma melhor compreensão dos objetivos propostos, a seção aborda os temas: Políticas Públicas voltadas à Agricultura Familiar; Compras Públicas Sustentáveis; Compra Institucional, Mercado (s) e Agricultura Familiar; o Papel dos Restaurantes Universitários na alimentação dos Estudantes e um Breve Panorama das Compras da Agricultura Familiar pelas IFES no Brasil.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À AGRICULTURA FAMILIAR

As políticas públicas são programas e ações que buscam atender às necessidades e demandas da sociedade, e, no âmbito da agricultura familiar e no contexto desta pesquisa, algumas merecem atenção: i) o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), política pública que visa garantir o direito à alimentação escolar adequada e saudável a todos os estudantes da educação básica pública no país, e ii) o Programa de Aquisição de Alimentos, na modalidade Compra Institucional (PAA-CI), que tem como objetivo incentivar a agricultura familiar e a produção de alimentos saudáveis por meio da compra direta pelo poder público.

O PNAE quando comparado a outros países como Estados Unidos, Dinamarca, Reino Unido, Itália, Bolívia e Colômbia, e alguns países da África, atua de forma distinta, enquanto no Brasil o referido programa atua de forma universal, nos países citados configuram como projetos localizados em determinadas escolas, municípios e regiões (Machado *et al.*, 2018).

Segundo Aquino e Schneider (2015), a agricultura familiar passou a ter participação na política agrícola nacional por volta da década de 1990, com a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), porém sua conceituação oficial demorou para surgir.

A Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006 definiu o conceito da agricultura familiar como:

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

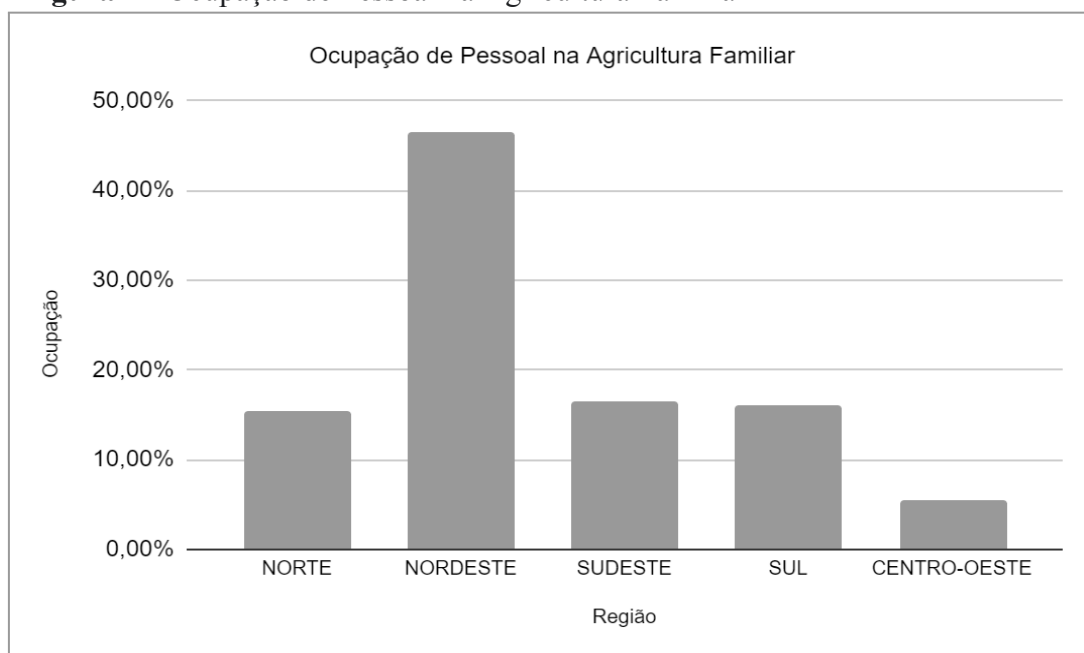
IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006).

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento CONAB, (2022), fortalecer a agricultura familiar contribui para a redução do êxodo rural e para a geração de capital no setor agropecuário, ao promover o desenvolvimento rural com a geração de renda e emprego, promove também a inserção de alimentos de qualidade no mercado interno, solidificando as estratégias de segurança alimentar do país. Favorecendo ainda, a utilização de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, tal como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético.

A Agricultura Familiar é um setor fundamental para a produção de alimentos no País e representa uma parcela significativa dos agricultores. Cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil provém dos agricultores familiares (IBGE, 2017), que além de produzirem para o consumo da família, vendem o excedente (Oliveira, 2018).

A AF é considerada uma categoria essencial para a geração de emprego e renda no contexto rural (Cecconello *et al.*, 2023). Os dados do Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que 77% dos estabelecimentos agrícolas do Brasil, receberam a classificação de agricultura familiar, sendo responsáveis pela geração de renda de 40% da população economicamente ativa (IBGE, 2017).

No Brasil, existe uma grande diferença na distribuição espacial da mão de obra ocupada na AF, a distribuição acontece de forma não uniforme, onde o Centro-Oeste detém uma representação de apenas 5,5%, em detrimento do nordeste, por exemplo, que detém 46,6% da mão de obra (IBGE, 2017). A Figura 1 apresenta a distribuição de pessoas ocupadas na Agricultura Familiar, por região do Brasil, de acordo com o Censo 2017.

Figura 1 - Ocupação de Pessoal na Agricultura Familiar

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017, adaptado

Percebe-se que a região Nordeste tem o maior percentual de pessoas ocupadas nos estabelecimentos da AF (46,6%), seguida das regiões Sudeste (16,5%), Sul (16%), Norte (15,4%) enquanto a região Centro-Oeste (5,5%) apresenta a menor parcela de pessoas ocupadas na AF (IBGE, 2017).

Em comparação com o Censo de 2006, registaram-se variações significativas no contingente de mão de obra ocupada nos estabelecimentos agropecuários (familiares e não familiares), no período intercensitário, passando de um total de 16,7 milhões em 2006 para 15,1 milhões em 2017, ou seja, uma redução de 1,6 milhões em quantitativo de mão-de-obra nos estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2006; 2017).

Nos dados divulgados pelo Censo 2017, infere-se que esse decréscimo da mão-de-obra ocorreu nos estabelecimentos da agricultura familiar, comparando que em 2006, havia 11,41 milhões de trabalhadores ocupados em estabelecimentos familiares, e em 2017 este número caiu para 9,67 milhões, uma diminuição de 15%. Enquanto que o número de ocupados em estabelecimentos classificados como não familiares subiu de 4,09 milhões em 2006, para 4,85 milhões em 2017, isto é, alta de 18% (IBGE, 2006; 2017).

Os estabelecimentos da Agricultura Familiar correspondem a uma área de 80,9 milhões de hectares, o que equivale a 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (IBGE, 2017). A tabela 1 apresenta a participação relativa dos estabelecimentos familiares por região no Brasil.

Tabela 1 - Participação Relativa dos Estabelecimentos Familiares no Brasil

Participação Relativa dos Estabelecimentos Familiares no Brasil			
2017			
Região (%)	Total	AF	AF/total
Norte	580.613	480.575	83
Nordeste	2.322.719	1.838.846	79
Sudeste	969.415	688.945	71
Sul	853.314	665.767	78
Centro-Oeste	347.263	223.275	64
Brasil	5.073.324	3.897.408	77

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017, adaptado

Quando comparado ao Censo agropecuário 2006, nota-se uma redução de quase 12% no número total de estabelecimentos familiares, que passou de 4,36 milhões, em 2006, para 3,89 milhões no Censo de 2017. A região Centro-Oeste apresenta o menor número de estabelecimentos familiares, sendo que do total de estabelecimentos agropecuários existentes na região, 64% classificam-se como familiares (IBGE, 2006; 2017).

Nesse contexto, a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) define os direitos sociais como deveres do Estado, responsabilizando os órgãos e as entidades da administração pública pela avaliação e implementação de políticas públicas (Brasil, 1988). Assim sendo, o Estado estabelece políticas públicas, por meio de programas e ações contemplando direitos não amparados por normativas existentes, caracterizando-se uma maneira que o Governo possui para manter o controle da ordem social.

A política de Segurança Alimentar e Nutricional acredita que as compras públicas representam ferramentas ao alcance do Estado para garantir o direito dos consumidores à alimentação adequada. Assim, essas aquisições podem ser utilizadas para influenciar o funcionamento dos mercados, por meio de políticas agrícolas e de abastecimento e distribuição de alimentos. Ao mesmo tempo, possibilita a inclusão de agricultores que não têm acesso aos mercados agrícolas, fornecendo-lhes recursos para garantir sua segurança alimentar e estimular o desenvolvimento rural (Triches *et al.*, 2022).

Cecconello *et al.* (2023), ao citar FNDE (2009) e MAPA (2021) reforçam que Instrumentos de políticas públicas foram desenvolvidos ou moldados, como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que influenciou a

criação ou aprimoramento de programas na década de 2000, assim como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) criado em 2003 e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 2009.

Nesse sentido, a participação da agricultura familiar na alimentação oferecida nas escolas e universidades, por meio dos Restaurantes Universitários, têm o potencial de melhorar os cardápios e também a função de aproximar a produção do consumo de alimentos (Machado *et al.*, 2018).

Em 2003, foi implementado pelo governo federal o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696/03, coordenado no país pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), sendo um complemento ao PRONAF, uma vez que garante a compra de parte da produção da agricultura familiar (Junqueira e Lima, 2008). O programa permite a aquisição desses alimentos, por meio de isenção de licitação, com preços não superiores, nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, de agricultores familiares que se enquadram no Pronaf.

É visível que a atuação do papel do Estado como agente indutor do crescimento econômico e fomentador das atividades produtivas por meio das políticas públicas, auxiliou no fortalecimento da economia interna, incentiva a comercialização de alimentos da agricultura familiar e, contribuiu na distribuição de renda de forma mais equitativa, com vista a um desenvolvimento sustentável, econômico e social (Conrad, 2011).

Ao priorizar a relação com os agricultores familiares e a produção local, verificam-se implicações significativas em vários aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais, que contribuem para o desenvolvimento local (Fornazier; Belik, 2019). Contudo, apesar da abrangência nacional, cabe destacar que a efetivação dos Programas, acontece de forma desigual nas regiões, considerando vários aspectos envolvidos, como diferença na produção e comercialização desses produtos (Sambuichi *et al.*, 2016).

Para melhor contextualizar, o Quadro 1 abaixo apresenta, resumidamente, os principais programas e ações desenvolvidos no âmbito da Agricultura Familiar no Brasil, potencializando o acesso das instituições aos produtos da AF.

Quadro 1 - Programas e normativas no âmbito da Agricultura Familiar

PROGRAMA	ANO	FINALIDADE/CARACTERÍSTICA
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	Obteve esta denominação em 1979	Programa mais abrangente e duradouro na área de segurança alimentar e nutricional.
	2009 Lei Federal nº 11.947	A Lei 11.947 fortaleceu o programa, determinando que 30% do valor repassado pelo FNDE no âmbito do PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da AF.
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF	1996 Decreto nº 1946	Oferece taxas de juros mais acessíveis para a AF, garantindo o crédito à produção e os investimentos agrícolas, possibilitando a capacitação produtiva dos agricultores, bem como a diversificação da produção.
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	2003 Lei nº 10.696/03	Criação do PAA, por meio do Art. 19 da referida Lei. Promove o acesso à alimentação e incentiva a agricultura familiar, permitindo a aquisição desses alimentos, por meio de isenção de licitação.
	2012 Decreto nº 7.775	Regulamenta os normativos e estabelece as formas de execução do PAA, como a Modalidade Compra Institucional, potencializando o Programa, abrangendo o campo de instituições com acesso aos produtos da agricultura familiar, por meio de chamada pública, com dispensa de licitação.
	2015 Decreto nº 8.473	Reforça a determinação no âmbito das entidades da Administração Pública Federal, de que pelo menos 30% do total de recursos destinados, no exercício financeiro, deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações.
	2023 Lei nº 14.628	Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
	2023 Decreto nº 11.802	Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023. Decreto Vigente que reforça a determinação no âmbito das entidades da Administração Pública Federal, de que pelo menos 30% do total de recursos destinados, no exercício financeiro, deverão ser destinados à aquisição de produtos da AF e suas organizações.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

No âmbito das Universidades Federais, os RUs são estabelecimentos importantes pois destacam-se três aspectos básicos e distintos ao mesmo tempo: i) o prazer proporcionado pela alimentação; ii) a praticidade, que pode ser aliada, tanto ao desejo da refeição quanto à necessidade de alimentar-se; e iii), a saúde, geralmente vinculada a uma necessidade específica do comensal em realizar a refeição (Vidrik, 2006).

Os RUs são facilitadores para os estudantes que precisam alimentar-se com uma refeição saudável, ao mesmo tempo que precisam conciliar as diversas atividades que desempenham no cotidiano.

Contudo, o acesso a alimentos minimamente processados nos RUs tende a sofrer complicações com a terceirização desses estabelecimentos, dificultando os circuitos diretos e a aquisição por meio do PAA-CI. Isso ocorre primeiro porque essas empresas se tornam intermediárias entre a produção e o consumo e, segundo, porque o próprio PAA estipula a compra direta dos agricultores pelo setor público, sem especificar o procedimento a ser adotado em casos de terceirização dos serviços (Giombelli, 2018).

Se um dos propósitos do PAA-CI é reduzir a extensão da cadeia de fornecimento para melhorar o pagamento aos agricultores familiares e a qualidade dos produtos destinados aos consumidores, a terceirização dos Restaurantes pode ser um impasse no atingimento desse propósito (Giombelli, 2018).

Tendo em vista o importante papel das políticas públicas na Promoção da Agricultura Familiar, os itens 2.1.1 e 2.1.2 apresentam uma análise dos principais programas voltados à aquisição de compras da AF.

2.1.1 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

O PNAE foi implantado no Brasil em 1979, sendo considerado o programa mais abrangente e duradouro na área de segurança alimentar e nutricional. O programa teve diversos avanços após sua criação, sobretudo nas últimas décadas, e esse aumento se deu, tanto em relação a alocação de recursos financeiros, como no aumento da cobertura populacional. Tem como relevante estratégia a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), favorecendo o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (Brasil, 2009).

É um programa amparado pela Constituição Brasileira, e sua coordenação fica a cargo do FNDE que auxilia na manutenção e no cumprimento da legislação, no que se refere ao incentivo do desenvolvimento local, dirimindo apoio aos atores envolvidos na aquisição dos alimentos da agricultura familiar, e acompanhando as compras diretas (Brasil, 2022).

O programa oferece alimentação escolar e também ações de educação alimentar e nutricional, atendendo os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias, conveniadas com o poder público, sendo fiscalizado pela sociedade através dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público. Visa suprir, através das refeições servidas, as necessidades nutricionais dos estudantes de acordo com a faixa etária e suas especificidades (Brasil, 2013).

A Lei 11.947, promulgada em 2009, representa um marco significativo no fortalecimento do PNAE no Brasil. Ao estipular que trinta por cento dos recursos repassados pelo Programa devem ser destinados à compra direta de produtos da AF, essa legislação desempenha um papel crucial na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e no fomento de mercados institucionais para os produtos da AF.

A inclusão dessa medida é estratégica, considerando que o PNAE abrange todos os municípios do país, o que por sua vez facilita a comercialização dos produtos da AF em nível local. Além de beneficiar os produtores rurais, fortalecer suas atividades econômicas, diversificar a produção e melhorar a qualidade da alimentação oferecida nas escolas.

No entanto, cabe destacar que na prática essa implantação não é uma tarefa simples, pois envolve vários setores como governo, sociedade, as esferas municipal, estadual e federal, exigindo uma grande articulação e condições favoráveis dos envolvidos, no que tange a alimentação escolar e a agricultura familiar (Villar *et al.*, 2013).

Dentre as dificuldades encontradas pelo agricultor familiar que deseja comercializar sua produção no PNAE, está a obrigatoriedade de obter o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o que demanda uma série de procedimentos burocráticos e documentais por parte do agricultor familiar.

Em relação à oferta, outras dificuldades são apontadas como a garantia da quantidade, regularidade e qualidade dos alimentos, falta de assistência técnica rural, direcionada ao tipo de produção, dificuldades logísticas na entrega e até mesmo desinteresse dos agricultores (Kroth; Geremia; Mussio, 2020).

O PNAE, classifica-se como um dos programas que colabora para a política de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) (Santos; Felix, 2022), garantindo o acesso da população à alimentação saudável de maneira descentralizada e participativa, sendo

fundamental no atendimento da população mais vulnerável, auxiliando no combate à fome (Carvalhosa, 2015).

O PNAE classifica-se também como uma Política Pública Saudável (PPS), ao exigir a compra de alimentos de agricultores familiares não só valoriza a produção agrícola local, orgânica e oriunda de pequenos produtores, mas também prioriza uma alimentação saudável para os estudantes, contribuindo para a formação de hábitos alimentares saudáveis, e a promoção da saúde, maximizando os retornos para a sociedade (Kroth; Geremia; Mussio, 2020).

A Lei federal 11.947/2009 ao estabelecer a destinação de parte dos recursos do PNAE para a aquisição de produtos da AF não só fortalece a economia rural, mas também promove uma alimentação mais saudável e sustentável, com impactos positivos a longo prazo na saúde e no desenvolvimento dos estudantes brasileiros (Brasil, 2022). Ao promover hábitos alimentares saudáveis desde a infância, o PNAE desempenha um papel crucial na prevenção de doenças relacionadas à má alimentação e obesidade, contribuindo para a formação de adultos mais saudáveis e conscientes.

Ao longo da história, a SAN tem ganhado importância, sobretudo com o apoio de políticas públicas atuando em ações e programas voltados para a redução da pobreza. Nas últimas décadas, os esforços e interesse demonstrados em relação à alimentação e nutrição no Brasil resultaram em avanço na redução da insegurança alimentar e no cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, no entanto, esses progressos ainda são modestos (Pompeia; Schneider, 2021).

No mesmo entendimento, Amorim; Ribeiro Junior; Bandoni (2020), apontam que nas duas últimas décadas houve um aumento dos recursos federais destinados ao PNAE, acompanhando o crescimento no número de estudantes beneficiados.

O processo de conscientização sobre a importância da sustentabilidade na produção e distribuição de alimentos vem evoluindo e tem impulsionado a adoção de práticas mais sustentáveis, como a valorização da agricultura familiar.

2.1.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído em 2003, pelo artigo 19 da Lei 10.696, tem como finalidades: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar (Brasil, 2003). A sua institucionalização originou-se de relevantes debates ocorridos a partir de 2000, como o combate à fome, a garantia da Segurança Alimentar Nacional e da

população brasileira e o reconhecimento da Agricultura Familiar como categoria social pelas políticas governamentais.

O movimento dos trabalhadores rurais foi uma força importante que buscava ações públicas para garantir preços justos, renda e ampliação de mercado (Camargo; Baccarin; Silva, 2013; Grisa *et al.*, 2010).

O Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012 destaca os objetivos do PAA:

- I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda;
- II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;
- V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
- VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;
- VIII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e
- IX - estimular o cooperativismo e o associativismo (Brasil, 2012).

Ao priorizar a agricultura familiar para o abastecimento de mercados institucionais, o PAA demonstra atenção à segurança alimentar e nutricional dos produtores e de segmentos mais isolados da população (Camargo; Baccarin; Silva, 2013). Resultado do reconhecimento pelo Estado da categoria agricultor familiar como merecedora de tratamento diferenciado.

Em 2021, o PAA foi substituído pelo Programa Alimenta Brasil (PAB) por determinação da Lei nº 14.284/2021, que teve sua origem a partir da conversão da Medida Provisória nº 1.061, de 09 de agosto de 2021. Contudo, todas as finalidades originais do PAA foram mantidas, uma vez que a substituição aconteceu nos mesmos moldes do programa

anterior, reforçando a importância de que sejam maximizados os recursos destinados às suas ações, de forma a manter e elevar o seu potencial de gerar benefícios (Brasil, 2021).

Em 2023, houve a retomada do PAA, com a publicação do Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023, e logo em seguida, da Lei 14.628 de 20 de Julho de 2023, a qual instituiu novamente o PAA e o Programa Cozinha Solidária (Brasil, 2023a).

O programa atua em cinco modalidades, classificadas como: Compra Direta da Agricultura Familiar; Compra com Doação Simultânea; Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar; Incentivo à Produção e Consumo de Leite; e Compra Institucional (CI). Esta última modalidade deu início às ações de alimentação escolar de estados e municípios, e também à associação entre agricultura familiar e alimentação escolar (Camargo; Baccarin; Silva, 2013).

A modalidade de CI, corroborou a potencialização do Programa, abrangendo o campo de instituições com acesso aos produtos da agricultura familiar, por meio de chamada pública, com dispensa de licitação conforme dispõe o Decreto nº 7.775/2012, e dentre as instituições beneficiadas encontram-se as Universidades Federais.

O Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015 reforçou a determinação no âmbito das entidades da Administração pública federal, o que abrange as Universidades Federais, na determinação de que, pelo menos, trinta por cento dos recursos deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações. O referido Decreto sofreu revogações, estando vigente o Decreto 11.802 de 28 de novembro de 2023.

No período de 2014 a 2018, o PAA adquiriu aproximadamente 937.000 toneladas de alimentos, tendo uma participação de mais de 407.000 agricultores familiares, envolvendo em torno de 2.561 municípios brasileiros no período analisado (Sambuichi *et al.*, 2020).

A atuação do PAA se revelou crucial, em meio aos desafios enfrentados pela pandemia SARS-COVID-19, quando o programa se mostrou estratégico para mitigar os efeitos negativos da crise sanitária, facilitando o escoamento de produtos da agricultura familiar, promovendo a estruturação de cadeias produtivas, acesso a novos mercados e indução ao dinamismo econômico, além de atuar no combate à fome e à miséria de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade (Sambuichi *et al.*, 2020).

A promoção do acesso a alimentos minimamente processados desempenha um papel significativo, uma vez que o seu consumo fortalece o sistema imunológico e contribui para uma maior resistência a doenças, além do programa trazer benefícios econômicos para as regiões onde é implementado (Sambuichi *et al.*, 2020).

O PAA é um importante instrumento de política pública, não apenas pelo seu potencial de incentivo à agricultura familiar mas, também, pela promoção de segurança alimentar e nutricional para populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica (Salgado; Dias; Souza, 2020). Tem desempenhado um papel importante na transformação das estruturas de mercado e na relação entre os agentes econômicos do setor da AF, surtindo efeitos positivos nos preços pagos aos produtores, fortalecendo organizações locais e promovendo a organização social (Salgado; Dias; Souza, 2020).

No mesmo contexto, o próximo tópico trata das compras públicas sustentáveis, destacando como as aquisições feitas por Instituições públicas podem ultrapassar o caráter de simples transações comerciais, tornando-se compras sustentáveis que promovam impactos socioambientais positivos.

2.2 COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

O conceito de compras sustentáveis procura integrar de forma simultânea critérios de eficiência econômica, social e ambiental, alinhado à necessidade de avançar além de uma abordagem segmentada e simplista, buscando uma compreensão mais ampla da realidade. Essa abordagem mais ampla tende a produzir resultados que transcendem as fronteiras tradicionais de cada política pública, criando uma sinergia capaz de potencializar suas capacidades (Oliveira; Santos, 2015).

Através da prática de compras sustentáveis, os órgãos públicos têm a oportunidade de influenciar positivamente o mercado, demonstrando um compromisso com a sustentabilidade. Ao escolher produtos e serviços, essas instituições consideram não apenas aspectos econômicos, mas também ambientais e sociais, integrando esses diferentes aspectos para promover o bem-estar da sociedade como um todo (Oliveira; Santos, 2015).

O avanço da conscientização ambiental na sociedade brasileira, tem contribuído na implementação de diversos instrumentos de comando e controle no ordenamento jurídico do país, voltados para o desenvolvimento sustentável. Um exemplo disso é a Lei de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), que estabelece diretrizes para a gestão adequada dos resíduos, promovendo a redução da geração e a destinação correta desses materiais (Brasil, 2010).

Nesse sentido, outra legislação importante é a Lei da Política Nacional de Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009), que busca mitigar os impactos das mudanças climáticas por meio de ações de redução de emissões de gases de efeito estufa e adaptação aos seus efeitos (Brasil, 2010).

Além disso, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666/1993, vigente hoje a Lei nº 14.133/2021) também foi um marco ao estabelecer princípios e regras para as contratações públicas, incluindo aspectos socioambientais que devem ser considerados nas compras governamentais, como a preferência por produtos e serviços sustentáveis (Brasil, 2010).

Esses instrumentos legais representam um avanço significativo na busca por práticas mais sustentáveis e responsáveis no Brasil, promovendo a integração de aspectos ambientais nas políticas públicas e contribuindo para a construção de um futuro mais equilibrado e resiliente

A política de Compras Públicas Sustentáveis refere-se à decisão discricionária do Poder Público de incorporar critérios de sustentabilidade em suas contratações públicas, buscando a contratação mais vantajosa (Santos, 2018). Quando realizadas pelos órgãos públicos, levam em consideração não apenas o preço e a qualidade dos produtos, serviços ou fornecedores, mas também aspectos socioambientais (Araújo, 2015).

Isso significa que, ao realizar as compras (por meio de licitações ou compras diretas), o órgão público pode incluir critérios relacionados à sustentabilidade. Esses critérios podem reduzir os impactos negativos ao longo da cadeia de suprimentos, contribuindo para um ambiente mais sustentável e responsável (Araújo, 2015).

Nos últimos anos, tem havido um aumento significativo nas experiências de compras sustentáveis, especialmente com o objetivo de atender aos acordos e recomendações das Conferências das Nações Unidas relacionadas ao Meio Ambiente e ao Desenvolvimento Humano (Santos, 2018).

As universidades federais no ambiente público são instituições autônomas vinculadas ao Ministério da Educação (MEC) e estão sujeitas às leis e regulamentos estabelecidos pela entidade que as criou, o que inclui uma série de encargos e direitos. Essas instituições possuem poderes e deveres, assim como prerrogativas e responsabilidades, especialmente na execução descentralizada de atividades administrativas típicas da administração pública (Brasil, 2024).

Desse modo, as universidades federais, por meio de compras sustentáveis, têm a oportunidade de serem as precursoras na disseminação do consumo consciente, atingir níveis mais elevados de sustentabilidade com os próprios recursos disponíveis, além de promover o desenvolvimento local e qualidade de vida (Santos, 2018).

A alimentação oferecida nos Restaurantes Universitários, configura-se como uma política pública alimentar que exerce impactos significativos na saúde coletiva, o que reforça

a importância do Estado utilizar o poder de compra das instituições públicas para fornecer dietas de alta qualidade nutricional e também do ponto de vista ambiental (Lima; Paião; Triches, 2023).

A sustentabilidade nos RUs tem ganhado atenção, contudo, o estudo de Ferraz *et al.* (2023) realizado em diversas unidades de Restaurantes Universitários no Brasil, retrata que das 17 unidades analisadas, 15 apontam que existem obstáculos para a implementação de medidas sustentáveis nos RUs, entraves que classificam-se como o desinteresse dos usuários do Restaurantes, resistência dos funcionários, preço elevado dos produtos sustentáveis, indisponibilidade dos produtos, barreiras à implantação de mudança na organização.

Porém, o estudo complementa que entre os agentes facilitadores que influenciam a adoção de práticas sustentáveis, destacam-se as campanhas educativas, reuniões focadas em temas de sustentabilidade e ações para a redução do desperdício de alimentos (Ferraz *et al.*, 2023). Essas medidas refletem a importância da educação ambiental para a promoção de práticas sustentáveis.

Aos poucos e com ajuda das políticas públicas, o contexto da sustentabilidade vai ganhando destaque, e as instituições públicas são essenciais para a promoção do seu desenvolvimento. Ainda sob a mesma perspectiva, a seguir são apresentadas as compras institucionais, destacando sua relevância para a promoção da inclusão social dos produtores locais, bem como o abastecimento de alimentos seguros e saudáveis junto às Instituições públicas.

2.3 COMPRA INSTITUCIONAL

A modalidade Compra Institucional (PAA-CI), por meio de dispensa de licitação, é reconhecida como um precedente histórico para o fornecedor caracterizado como “agricultor familiar”, pois antes dessa autorização, todas as compras estavam sob a obrigatoriedade de seguir preceitos legais de isonomia e concorrência, ou seja, tinham que passar pelo processo licitatório (Salgado; Souza; Ferreira; 2021).

A modalidade permite que órgãos federais, estaduais e municipais tenham acesso aos alimentos produzidos pela agricultura familiar com recursos próprios, incluindo nessa relação as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), para atendimento da demanda dos Restaurantes Universitários.

O PAA-CI apresenta algumas vantagens como a dispensa de licitação, com isso as compras podem ser realizadas pelos órgãos públicos, por meio de chamadas públicas

divulgadas, incluindo quantidades e especificações de alimentos para o abastecimento de hospitais públicos, forças armadas (exército, marinha e aeronáutica), presídios, restaurantes universitários, creches e escolas, entre outros locais (Brasil, 2012). Outra vantagem é que o produtor tem a possibilidade de entregar apenas os produtos que estão disponíveis no momento.

As unidades familiares habilitadas para participarem dessa transação são os agricultores familiares, os assentados da reforma agrária, os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas, quilombolas e os demais povos tradicionais (Brasil, 2012).

O PAA-CI contribui para promoção de uma alimentação mais saudável, aprimorando a qualidade da produção de alimentos dos agricultores familiares para atendimento às demandas do mercado, cria novas oportunidades de comercialização para esses produtores, aproveita o poder de compra dos órgãos governamentais para estimular a economia local e impulsionar a inclusão social e produtiva dos agricultores familiares (Brasil, 2012).

Na prática, a chamada pública deve constar o valor de aquisição a ser repassado ao agricultor, sendo determinado pelo órgão comprador, utilizando-se alguns métodos como: aquisição de acordo com o preço médio pesquisado em, no mínimo, três mercados varejistas, no âmbito local, regional ou nacional (seguindo prioritariamente essa ordem para a definição do valor de aquisição) (Brasil, 2022).

Em se tratando de produtos orgânicos ou agroecológicos, poderá ser realizada a pesquisa de preço no mercado varejista, desde que o fornecedor esteja com registro ativo no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (Brasil, 2022).

Compreende-se que a modalidade Compra Institucional (PAA-CI) representa um avanço significativo no cenário da agricultura familiar e na promoção de uma alimentação mais saudável. Ao dispensar a necessidade de licitação e possibilitar o acesso direto dos órgãos públicos à produção dos agricultores familiares, o PAA-CI fortalece a economia local, além de contribuir para a inclusão social e produtiva desses produtores.

A seguir o tópico Mercado (s) e Agricultura Familiar detalha a evolução dos Mercados, e como a Agricultura Familiar foi aos poucos incluída nesse contexto.

2.4 MERCADO (S) E AGRICULTURA FAMILIAR

A sociedade está inserida em um ambiente onde os mercados são onipresentes, influenciando profundamente a vida cotidiana e desempenhando um papel fundamental na organização da estrutura social. O senso comum defende que os mercados são intrinsecamente ligados aos preços, que são especificados pela interação entre fornecedores e consumidores, e influenciados por várias razões. A competição entre oferta e demanda, e o sistema de preços formam, essencialmente, o conceito de mercado (Schneider, 2016).

No entanto, há questionamentos sobre o conceito de mercado que ultrapassa a visão endossada por analistas econômicos convencionais. Especialistas defendem a existência de três maneiras de definir o mercado: a) como um espaço físico onde ocorrem trocas de produtos e mercadorias; b) como um princípio que organiza a sociedade e a economia, como é o caso do capitalismo; c) como uma construção social que emerge da interação entre agentes que trocam e intercambiam por diversas razões, incluindo motivos econômicos, sociais e culturais (Schneider, 2016).

Com base na terceira definição, os mercados não são mais vistos como estruturas rígidas e externas, mas sim como espaços sociais que surgem das interações entre agricultores e outros participantes do meio rural (Conterato *et al.*, 2011).

A inserção dos agricultores familiares no Mercado, aconteceu de forma gradativa no decorrer da história, em uma época remota (pré-moderna), os agricultores não tinham acesso ao mercado devido a condição de servidão. Durante a queda dos regimes feudais passaram a interagir com os mercados através das Cidades-Estado, com isso, apesar da produção dos agricultores familiares não serem exclusivamente voltadas para a venda, o excedente agrícola passou a ser trocado ou vendido para comunidades vizinhas e pequenas cidades em crescimento (Schneider, 2016).

Corroborando com o mesmo entendimento, Ploeg (2008) afirma que o processo de mercantilização não é um processo isolado, mas multifacetado, e que os pequenos produtores estão inseridos nesse processo. O autor propôs a existência de um gradiente que se estende a formas de produção altamente eficientes até aquelas que dependem mais dos mercados (Ploeg, 2008).

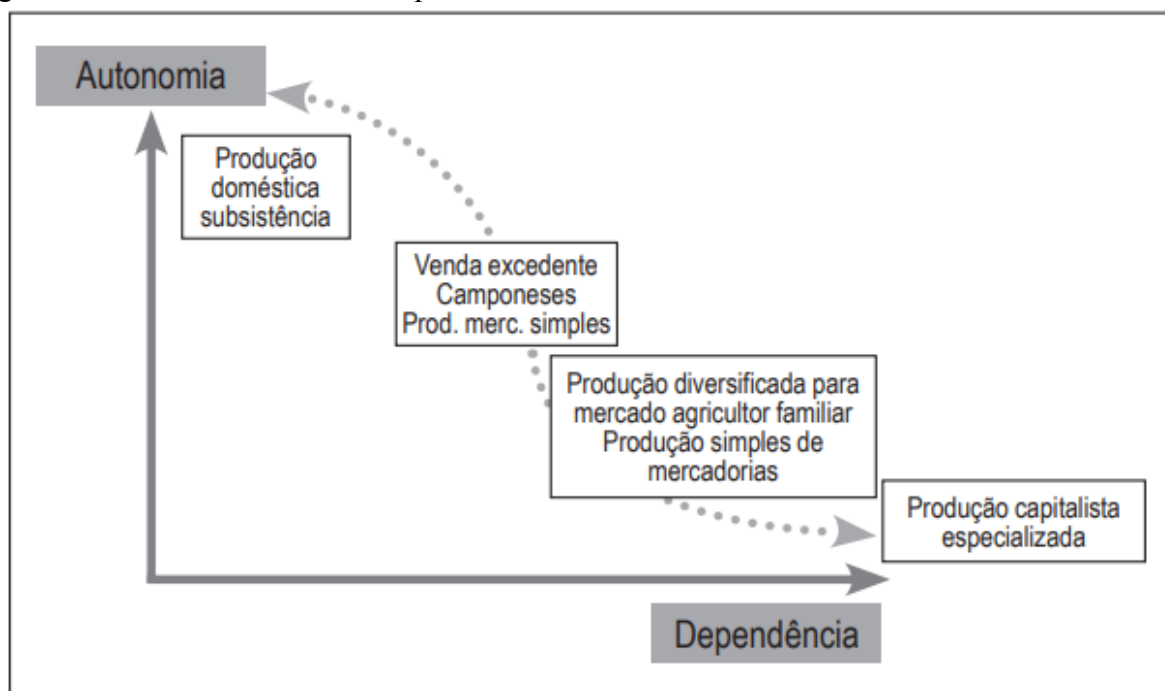
O sucesso ou fracasso, definido como a capacidade de se manter economicamente sustentável e de prosperar como uma unidade social familiar, está intrinsecamente ligado à maneira como os agricultores implementam suas decisões e estratégias para organizar seus processos de produção e sua integração nos mercados (Ploeg, 2008). O referido autor destaca que a mercantilização é concebida como um processo social que, em alguns casos, pode

fortalecer os recursos fundamentais das unidades de produção e reforçar suas estratégias de reprodução.

A condição social e as abordagens operacionais das unidades produtivas familiares evoluem em termos de perfil e características à medida que o propósito de sua existência progride da auto-suficiência para a geração de excedentes destinados a melhorar a subsistência, depois para a comercialização com fins lucrativos e, finalmente, para a acumulação de capital (Schneider, 2016).

A Figura 2 representa o gradiente de formas de produção de acordo com o grau e a extensão de envolvimento nos mercados, destacando que a inserção dos produtos no mercado não ocorre de maneira unidimensional e, sim, de maneira multidimensional (Schneider, 2016).

Figura 2 - Gradiente de inserção das unidades produtivas nos mercados segundo o grau e o nível de autonomia e dependência



Fonte: Schneider (2016, p. 111)

Na mesma linha de pensamento, Martins (2017) ressalta que os movimentos sociais desempenham um papel central na formação dos mercados alimentares, transformando-os em confrontos pela redistribuição econômica e pelo reconhecimento de valores ligados a abordagens inovadoras na produção e consumo de alimentos.

Neste contexto, os mercados agroalimentares são concebidos como ambientes socialmente construídos, nos quais os participantes sociais realizam a troca de bens, produtos e mercadorias. As interações ocorridas nesses locais são moldadas por um conjunto de normas

formais, acordos informais, padrões e valores sociais que exercem impacto sobre a capacidade dos agricultores familiares de acessar os canais de venda para oferecer produtos agroalimentares (Deggerone, 2021).

Os mercados institucionais por meio das compras públicas têm ampliado a participação dos agricultores familiares nos mercados, pois tem o potencial de envolver as aquisições de alimentos realizadas pelos governos em todos os níveis: municipal, estadual e federal (Azevedo, 2016).

Entre os mercados institucionais voltados para a AF no Brasil, destacam-se: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade Compra Institucional, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e no contexto desta pesquisa o Decreto nº 8.473 de 2015, que após revogações, encontra-se vigente na forma do Decreto n. 11.802 de 28 de novembro de 2023, estabelecendo o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios da AF.

Conforme mencionado, as compras públicas da AF desempenham um papel crucial na reintegração dos elos entre produção, processamento, distribuição e consumo, que vai além das iniciativas políticas, criando atalhos essenciais nos circuitos tradicionais de mercado (Oliveira; Grisa; Niederle, 2020).

A proximidade entre os atores envolvidos no abastecimento alimentar auxilia a fortalecer a criação de sistemas alimentares locais alternativos, trazendo consigo impactos socioeconômicos, culturais e ambientais que fortalecem o desenvolvimento local (Fornazier; Belik, 2019).

Especificamente, no que se refere ao estado de Mato Grosso do Sul, o trabalho de Pitaluga e Le Bourlegat (2022) revelam que a participação dos agricultores familiares no abastecimento de produtos alimentares através das compras institucionais é bastante limitada, tanto em nível estadual como nos municípios, e está sujeita a mudanças anuais.

Dentre as principais dificuldades enfrentadas pelo agricultor familiar destacam-se: a) forma de produção restrita à produção familiar realizada na propriedade rural; b) opera predominantemente no mercado local, com menos oportunidades para se manterem bem informados e desenvolverem estratégias de mercado mais eficazes; c) participação limitada e dificuldade em atender aos requisitos documentais; d) baixa capacidade de abastecimento em quantidade e variedade de produtos, além da dificuldade na regularidade das entregas e logística limitada para abastecimento fora do mercado local (Pitaluga; Le Bourlegat, 2022).

Destaca-se que no âmbito nacional, a agricultura familiar está inserida na pauta das políticas públicas no Brasil e vários trabalhos científicos confirmam que ela impulsiona o

dinamismo e a robustez das economias regionais, além de garantir alimentos mais seguros, saudáveis e de qualidade para a sociedade (Pitaluga *et al.*, 2020).

Considerando a importância da Agricultura Familiar e que os Restaurantes Universitários configuram-se como estratégicos na promoção do desenvolvimento desse setor, o próximo tópico explora a contribuição desses Restaurantes na alimentação dos estudantes.

2.5 O PAPEL DOS RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS NA ALIMENTAÇÃO DOS ESTUDANTES

Os Restaurantes Universitários desempenham um papel significativo no contexto social das Instituições de Ensino Superior. Têm como missão produzir e disponibilizar refeições de alta qualidade a um preço acessível, para atender às necessidades da comunidade acadêmica (Cardoso *et al.*, 2018). A acessibilidade financeira, a inclusão social, a saúde e bem-estar, a promoção da diversidade cultural, educação alimentar e sustentabilidade são alguns aspectos que estes estabelecimentos desempenham no contexto social.

Em um país caracterizado pela desigualdade como o Brasil, o acesso a uma educação de qualidade está imerso em um contexto amplo e complexo, no qual a educação é reconhecida como uma ferramenta crucial para o desenvolvimento e para abrir portas a um vasto leque de oportunidades (Souza; Fava; Cintra, 2023).

Nesse contexto das desigualdades, os Restaurantes Universitários além de servirem como locais para a prática de Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), integram o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que tem como objetivo principal garantir a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica na universidade até a conclusão de sua graduação no ensino superior (Barroso, 2019).

O PNAES, teve sua regulamentação estabelecida pelo governo brasileiro em 2010, possui quatro objetivos: democratizar as condições que viabilizam a permanência dos estudantes na educação superior federal; atenuar os impactos das disparidades sociais e regionais na permanência e conclusão dos estudos universitários; reduzir as taxas de retenção e evasão; e, por fim, contribuir para a promoção da inclusão social por meio da educação, buscando criar oportunidades equitativas para todos os segmentos da sociedade (Brasil, 2010).

Por meio do PNAES, são disponibilizados recursos financeiros destinados a subsidiar diversas necessidades estudantis, tais como moradia, alimentação, transporte, saúde, cultura, entre outras. Esses recursos são monitorados e geridos pelas próprias Instituições (Brasil,

2010). Isto significa que os RUs, ao fornecerem um grande volume de refeições diárias à comunidade acadêmica, desempenham um papel fundamental como parte do Programa PNAES, destacando também como um dos principais dispositivos na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (Barroso, 2019).

Além desses aspectos, os RUs possuem a característica de serem espaços com potencial para atividades de ensino, pesquisa e extensão. Não apenas oferecem um serviço de refeições, mas também representam unidades de amplo envolvimento da comunidade acadêmica e comunidade externa, na medida em que agrega diversas relações incluindo trabalho, saúde e interações econômicas e sociais, tornando-se um verdadeiro centro de conexão (Parizotto, 2019).

As políticas públicas de abastecimento alternativo de alimentos, implantadas há alguns anos pelo governo federal, relacionadas aos mercados institucionais, envolvem diretamente os RUs, desde o abastecimento até o apoio ao desenvolvimento econômico local e a promoção de práticas sustentáveis.

Porém, os Restaurantes Universitários podem não estar recebendo a devida valorização como espaços promotores de saúde, garantidores de direitos fundamentais (como o direito à alimentação, à saúde e à educação) e impulsionadores do desenvolvimento local sustentável. Situação que representa uma oportunidade para considerar novas perspectivas em relação a esses estabelecimentos, indo além de sua função tradicional de simplesmente fornecer refeições (Parizotto, 2019).

Em meio a essas políticas, a necessidade de fornecimento de alimentos para instituições públicas, tais como universidades, escolas, creches, hospitais e forças armadas, representa uma significativa oportunidade para os agricultores de áreas menos desenvolvidas se inserirem produtivamente no mercado (Fornazier; Belik, 2019).

A seguir o item 2.6 oferece um breve panorama das compras da AF pelas IFES no Brasil, traz a realidade de algumas instituições em relação às compras da Agricultura Familiar, os estudos foram organizados em ordem cronológica, objetivando destacar as fragilidades existentes e os avanços alcançados nos últimos anos.

2.6 BREVE PANORAMA DAS COMPRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR PELAS IFES NO BRASIL

No estado de Minas Gerais, o trabalho de Assis (2016) se propôs a analisar a Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos - Compras Institucionais (PAA-CI),

na Universidade Federal de Viçosa (UFV), para uso no Restaurante Universitário (RU) do campus de Viçosa no período 2013 a 2015, e a situação de (IN) Segurança Alimentar e Nutricional dos Agricultores Familiares e Fornecedores (Assis, 2016).

O trabalho revela que a UFV iniciou o processo de implantação do PAA em 2013 voltado a atender de forma parcial as necessidades do RU de Viçosa, que apresenta o sistema de autogestão. A UFV enfrentou uma série de desafios, dentre eles, a compreensão da legislação e do formato de tramitação da Chamada Pública, além de questões financeiras, já que os produtos provenientes da AF possuíam preços mais elevados do que os adquiridos por meio de processos licitatórios (Assis, 2016).

Outro desafio identificado no trabalho, foi o atraso no cronograma de fornecimento dos alimentos, e a limitação física da estrutura do RU, impossibilitando a aquisição de uma quantidade maior de alimentos (Assis, 2016).

De acordo com a autora, apesar dos desafios, a implementação do PAA trouxe benefícios, tanto para a Universidade que passou a adquirir alimentos mais saudáveis, da própria região, respeitando a cultura alimentar, ao mesmo tempo cumprindo o seu papel social, tanto para os fornecedores, que tiveram sua relação comercial fortalecida, seu produto valorizado e aumento na renda familiar (Assis, 2016).

Por fim, a autora aponta que para a consolidação do PAA-CI é preciso articulação entre a produção familiar e a compra institucional, planejamento prévio auxiliando os agricultores a se prepararem para atender o mercado sem falhas no abastecimento, dentre outras ações (Assis, 2016).

No estado de Mato Grosso do Sul, o estudo conduzido por Silva (2016) envolveu as escolas estaduais do estado, uma análise realizada, por meio de entrevistas com 73 Diretores das Escolas Estaduais de Campo Grande, em relação à lei do PNAE e produtos adquiridos da agricultura familiar, concluindo que a adesão à Lei do PNAE é cumprida em parte nas escolas estaduais, sendo necessário maior envolvimento entre os agentes para o cumprimento total (Silva, 2016).

O trabalho conduzido por Parizotto, em 2019, na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), visou compreender o processo de aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar no campus de Chapecó da instituição. Retrata que a partir de 2016, a gestão do Restaurante Universitário passou a ser terceirizada mediante contratos de concessão de espaço (Parizotto, 2019).

No entanto, para assegurar a aquisição de alimentos da AF, a instituição desenvolveu metodologias que conectam a empresa terceirizada com a Agricultura Familiar, por meio da

compra de alimentos provenientes de cooperativas de agricultores familiares credenciados pela UFFS (Parizotto, 2019).

Assim, apesar da terceirização, o edital de licitação vinculou a aquisição de alimentos provenientes da AF à qualidade do serviço oferecido, avaliada por fiscalização da UFFS. O acompanhamento das compras é realizado pela própria UFFS, que também usa o diálogo entre os participantes como complemento da fiscalização, pois a metodologia adotada envolve diferentes setores administrativos da instituição e atores externos (Parizotto, 2019).

O estudo concluiu que durante o período de 2016 a 2018, R\$147.000,00 foram despendidos em compras de produtos provenientes da agricultura familiar, o que equivale a cerca de 14% do total destinado à aquisição de alimentos (Parizotto, 2019).

Além disso, identificou que a política existente para fortalecer a AF revela lacunas quando aplicada a órgãos públicos que terceirizam seus serviços de alimentação, mas mesmo diante de obstáculos, os resultados do estudo evidenciam a viabilidade de implementar a aquisição de alimentos provenientes da AF em Restaurantes Universitários terceirizados, utilizando como referência a experiência de Chapecó (Parizotto, 2019).

No contexto nacional, o trabalho de Salgado, Souza, Ferreira (2021), faz uma análise geral das IFESs do Brasil, avaliando o estágio de conformidade das Universidades na execução do Programa de Aquisição de Alimentos, utilizando como fonte de pesquisa dados secundários. A observação se deu no período de 2012 a 2019 (Salgado; Souza; Ferreira, 2021).

Os autores concluíram que a contribuição da agricultura familiar no abastecimento de alimentos para as universidades federais do Brasil é limitada. Dentre as 63 universidades federais do país, apenas 19 (30%) adquiriram produtos provenientes da agricultura familiar através de chamadas públicas. Na região Sul, houve um desempenho mais significativo, com 11 instituições (45,5%) participando desse processo, já a região Centro-Oeste apresentou o menor percentual (20%) (Salgado; Souza; Ferreira, 2021).

Os autores apontam ainda que a efetividade da implementação do PAA-CI nas universidades federais e demais instituições federais depende, em grande medida, da coordenação de esforços entre gestores, lideranças das organizações e movimentos sociais para garantir um salto na oferta de gêneros alimentícios para o abastecimento em quantidade e qualidade das universidades federais (Salgado; Souza; Ferreira, 2021).

No estado de Alagoas, o estudo de Santos e Felix (2022), objetivou analisar a Implantação do (PAA-CI), na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em 2018, fazendo um comparativo com o ano de 2019, registrando os resultados obtidos a partir da dimensão

teórico-prática empreendida por meio da ação de extensão PROCCAEXT e do Pibic realizados pelo Grupo de Extensão e Pesquisa: Serviço Social e Segurança Alimentar e Nutricional – GEPSSAN.

Dentre as considerações apresentadas pelos autores, destacam-se os benefícios da Compra Institucional, especialmente no âmbito universitário. Apontam que a UFAL, como instituição pública, está cumprindo seu papel social ao fornecer uma educação que, entre outros aspectos importantes, inclui uma alimentação adequada para o desenvolvimento pleno dos alunos (Santos; Felix, 2022).

O estudo aponta que a implementação do PAA-CI, mostrou-se uma importante ferramenta para a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada entre os estudantes universitários (Santos; Felix, 2022).

O trabalho contribuiu ainda para o desenvolvimento das ações extensionistas entre a UFAL e os agricultores familiares de Alagoas, gerando impactos positivos no desenvolvimento rural e na garantia de renda para os trabalhadores. No entanto, conforme relato dos autores, a pandemia Sars-Covid-19 e o cenário político, podem apresentar risco de descontinuidade do PAA-CI, tanto nas universidades públicas do país como na UFAL (Santos; Felix, 2022).

O estudo de Triches *et al.* (2022), realizado recentemente, procurou entender como as Universidades Federais do sul do país realizam a compra de alimentos da agricultura familiar, quais os processos utilizados, como os Restaurantes Universitários são gerenciados, como é realizada a compra dos produtos da AF em cada instituição dos estados da região Sul, quais as dificuldades enfrentadas e como é realizado o acesso a esses mercados.

O referido estudo foi realizado em 9 Instituições da região Sul, que continham Restaurantes Universitários, totalizando 51 unidades. O estudo conclui que o Rio Grande do Sul foi o estado com mais casos de aquisição de alimentos da AF, sendo a UFRGS a IFES com maior percentual de compra (Triches *et al.*, 2022).

O estudo registou também alguns problemas relacionados à terceirização dos restaurantes, o descomprometimento dos envolvidos, a falta de conhecimento da legislação e as mudanças políticas. Das 51 unidades, apenas 3 classificaram-se como autogestão, 41 terceirizam seus restaurantes e 3 apresentaram uma gestão mista. Apesar da identificação de iniciativas, foi verificado que a política de compra de alimentos da AF por meio do PAA-CI ainda não alcançou seu objetivo (Triches *et al.*, 2022).

O trabalho conduzido por Conceição e Fabrini (2023) teve como objetivo examinar a conformidade das prefeituras do Cone Sul¹, especificamente as entidades executoras localizadas nos municípios de Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Mundo Novo, Naviraí, Sete Quedas e Tacuru, no estado de Mato Grosso do Sul, quanto à adesão à política de aquisição de alimentos provenientes da AF estabelecida pelo PNAE.

Para embasar empiricamente a pesquisa, foi realizada uma análise documental, consistindo na coleta e análise dos dados provenientes do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC). Os resultados indicaram variações nos índices de aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar no Cone Sul, que oscilaram de 0% a 79,91% no uso dos recursos do FNDE entre os anos de 2011 e 2017 (Conceição; Fabrini, 2023).

É oportuno destacar que o PAA-CI é uma inovação significativa para a administração pública no que diz respeito à aquisição de alimentos. Anteriormente esse processo estava centralizado em grandes empresas e indústrias que forneciam os produtos através de licitações públicas e pregões eletrônicos, o que dificultava a participação da agricultura familiar, pois as condições para competir eram desiguais e desfavoráveis para os agricultores familiares.

Fica evidente, de acordo com os estudos mencionados, que a aquisição de alimentos provenientes da AF nas IFES do Brasil ainda enfrenta desafios significativos. Embora haja iniciativas e avanços em alguns estados e instituições, a implementação efetiva do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) está longe de alcançar o seu potencial máximo.

Os problemas são inúmeros, conforme visto nas pesquisas apresentadas, como a falta de conhecimento da legislação, mudanças políticas, atrasos no fornecimento de alimentos e limitações estruturais. No entanto, registram-se algumas soluções e boas práticas, como a conexão entre empresas terceirizadas e AF, a fiscalização e a importância do PAA para promover o direito humano à alimentação adequada, fortalecer a economia rural e garantir alimentos saudáveis para a comunidade acadêmica.

¹ O território da cidadania Cone Sul é formado pelos municípios de Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Mundo Novo, Naviraí, Sete Quedas e Tacuru

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados que deram suporte ao desenvolvimento da pesquisa. Destacando a escolha de ferramentas e técnicas que permitiram a coleta, análise e interpretação dos dados de maneira sistemática. A partir do avanço do percurso metodológico adotado foi possível a melhor construção e elaboração dos resultados da pesquisa em atendimento à investigação proposta.

Em complementação, é apresentada a matriz de amarração, amplamente reconhecida na pesquisa como uma ferramenta analítica capaz de sistematizar e organizar as informações, contribuindo para uma melhor interpretação e compreensão do fenômeno em análise.

A pesquisa delimita sua observação nas Universidades UFMS e UFGD, Instituições públicas que podem escolher a forma de gestão dos seus RUs, optando pela compra direta realizada pela própria instituição, caracterizada como autogestão², ou a terceirização dos Restaurantes, que passam a ser gerenciados por empresas contratadas.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, em que o pesquisador busca o conhecimento do ambiente a ser estudado, possibilitando analisar os dados coletados. Nas palavras de Richardson (2009), a escolha da abordagem qualitativa para investigar o problema não é apenas uma opção do pesquisador, mas também se justifica por ser uma forma adequada de compreender a natureza do fenômeno social.

Essa abordagem permite descrever a complexidade de um problema específico, analisar a interação entre diferentes variáveis, compreender e transformar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir para a mudança de um determinado grupo e possibilitar a compreensão das particularidades do comportamento dos indivíduos (Richardson, 2009).

A pesquisa qualitativa permite a utilização de métodos múltiplos e interativos. A interação ativa dos participantes da pesquisa com o investigador é importante para estabelecer uma relação harmoniosa e de confiança com as pessoas estudadas (Creswell, 2007). Desta forma, foi possível maior interação e compreensão da maneira como as instituições percebem o problema apresentado em questão.

² A própria Instituição é responsável pela aquisição de gêneros alimentícios para o RU

Somado a abordagem qualitativa, utiliza-se o tipo de pesquisa bibliográfica, a qual permite ao investigador abordar uma gama mais ampla de fenômenos do que seria possível por meio da pesquisa direta, proporcionando uma compreensão mais abrangente e contextualizada do objeto de estudo. Por meio da revisão da literatura existente, o pesquisador pode explorar diferentes perspectivas teóricas e construir um quadro conceitual sólido para embasar sua pesquisa (Gil, 2008), garantindo a qualidade e a confiabilidade dos resultados de uma pesquisa, permitindo ainda a utilização de informações confiáveis em fontes relevantes.

A pesquisa bibliográfica se fez necessária para a seleção de fontes seguras, como livros, artigos científicos, teses e dissertações que auxiliaram na construção da pesquisa em tela. Nesta primeira fase do trabalho, a busca foi realizada em bases de dados acadêmicas como o Portal de Periódicos da CAPES, SciELO e Google Acadêmico.

A seleção foi efetuada consoante com os objetivos desta pesquisa, abordando os principais temas, como: Agricultura Familiar, Compra Institucional e Restaurante Universitário, totalizando 88 trabalhos encontrados, destes, após a leitura dos resumos, permaneceram aqueles que mais poderiam contribuir com a pesquisa, resultando em 33 trabalhos, dentre estes, 13 envolviam estudos relacionados diretamente às Compras Institucionais nos RUs.

Buscou-se também normativas relevantes sobre aspectos que envolvem a agricultura familiar e as políticas públicas que auxiliaram o processo de evolução deste setor, ilustrado no Quadro 1, principalmente as relacionadas à aquisição de alimentos da AF.

A pesquisa exigiu também a coleta de dados nas Instituições UFMS e UFGD, a qual exigiu permissões dos responsáveis para coleta de documentos, informações, depoimentos e arquivos. Assim, se fez necessário a utilização de pesquisa documental como documentos oficiais, editais, atas, relatórios, contratos, dentre outros documentos disponibilizados pelas IFES estudadas.

A análise documental é uma metodologia que busca reunir informações fundamentais para compreender os princípios e normas que regem as relações dentro do contexto do fenômeno em estudo (Minayo, 2014). Envolve a minuciosa examinação e interpretação de uma variedade de documentos relevantes, contribuindo assim para a construção de conhecimento significativo e embasado sobre o tema em questão.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, e por meio da obtenção de informações requeridas e necessárias sobre a realidade estudada, é possível a formação de uma base para o planejamento de estudos mais precisos.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Uma vez realizada a construção do referencial teórico, iniciou-se a fase da coleta de dados. Os métodos de coleta de dados utilizados na pesquisa qualitativa são diversos e estão em constante evolução. Além das observações e entrevistas, considerados os mais tradicionais, é possível uma variedade de outras formas de coleta de dados, que inclui áudio, e-mails, fotografias, entre outras, permitindo uma compreensão mais profunda e detalhada dos fenômenos sociais estabelecidos (Creswell, 2007).

Quanto aos procedimentos de coleta de dados documentais, além das fontes secundárias, a pesquisa utilizou-se de fontes primárias, ou seja, materiais originais como dados, informações e observações diretamente relacionados ao objeto de estudo (Richardson, 2009). Entre os dados primários, destaca-se as entrevistas que foram organizadas em ordem cronológica, para uma melhor compreensão dos acontecimentos diretamente relacionados ao objeto deste trabalho.

Trata-se de uma pesquisa desenvolvida em um cenário natural, nos estabelecimentos das Instituições envolvidas, o que permite a oportunidade de interagir diretamente com os participantes, com acesso a *insights* valiosos para uma compreensão mais profunda dos fenômenos em estudo (Rossman; Rallis, 1998).

Quanto à escolha das Instituições, o estudo concentra-se em duas instituições reconhecidas no estado de MS: a UFMS e a UFGD. A UFMS conta com aproximadamente trinta e sete mil estudantes, enquanto a UFGD possui cerca de oito mil estudantes matriculados. O foco da pesquisa é direcionado aos Restaurantes Universitários das IFES, o RU da UFGD localizado na cidade de Dourados, e único restaurante da Instituição, e o RU da UFMS localizado na Cidade Universitária em Campo Grande.

Ressalta-se que a UFMS possui um total de quatro RUs, todos administrados por empresas terceirizadas contratadas, localizados em Campo Grande e nos Câmpus de Aquidauana, Câmpus do Pantanal e Câmpus de Três Lagoas. O RU da Cidade de Campo Grande-MS foi escolhido por ser o restaurante que oferece o maior número de refeições da Instituição.

A pesquisa envolveu a realização de entrevistas nas duas Instituições, realizadas após a aprovação pelo Comitê de Ética das IFES. Na UFMS foram conduzidas presencialmente, conforme a disponibilidade dos entrevistados, Já na UFGD as entrevistas foram feitas de maneira virtual, com o cuidado necessário para garantir a qualidade da interação.

As entrevistas foram conduzidas com auxílio de um roteiro básico de perguntas, permitindo aos entrevistados expressarem suas opiniões e ideias de forma mais livre. O roteiro de entrevista é um conjunto de questões que foram dirigidas ao gestor/fiscal de contratos da Instituição, ao representante do restaurante universitário e ao nutricionista de cada Instituição, totalizando seis entrevistas, disponíveis no apêndice do trabalho.

Os critérios de inclusão para a escolha dos participantes, foi intencional e levou em consideração o envolvimento do participante com o processo de aquisição de alimentos nos Restaurantes Universitários e/ou o envolvimento do participante nas refeições servidas nos RUs. Assim, quanto maior o envolvimento do participante nesses quesitos, maior o potencial de contribuição para a pesquisa.

Dessa forma, identificou-se o gestor/fiscal de contrato, o representante do restaurante universitário e o nutricionista de cada Instituição, como os maiores envolvidos no processo, totalizando seis entrevistas nas duas Instituições envolvidas na pesquisa, conforme ilustrado no Quadro 2. Para preservar o anonimato dos participantes e assegurar sua privacidade e direito ao sigilo, as falas dos entrevistados foram codificadas por números, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 - Grupo de entrevistados nas Instituições UFMS e UFGD

INSTITUIÇÃO	CARGO	Identificação do entrevistado
UFMS	Gestor de Contrato	1
	Representante do RU	2
	Nutricionista	3
UFGD	Fiscal de Contrato	4
	Representante do RU	5
	Nutricionista	6

Fonte: elaborado pela autora (2024)

Inicialmente, foi realizado o contato telefônico com o representante da Pró-Reitoria responsável pelo Restaurante Universitário da UFGD e da UFMS para agendamento das entrevistas, conforme horário e disponibilidade dos entrevistados. As entrevistas na UFMS aconteceram no mês de abril de 2024, conforme previsto no cronograma e após aprovação do Comitê de Ética da UFMS. Em seguida, no mês de maio de 2024, foram realizadas as entrevistas na UFGD.

Dessa forma, foi realizada uma conversa prévia com os entrevistados, momento antes da realização da entrevista, em que foram apresentados os objetivos do projeto, as condições de realização, os instrumentos utilizados, ficando claro que a participação do entrevistado é voluntária. Em seguida foi realizada a apresentação prévia do TCLE e do roteiro de questões, aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMS sob o Parecer nº 6.610.151. e Comitê de Ética em Pesquisa da UFGD, sob o Parecer nº 6.788.675, através da Plataforma Brasil.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Após a coleta dos dados, o pesquisador se dedica à análise qualitativa, mergulhando nas transcrições, nas anotações e nos registros para a interpretação dos dados. Essa análise é interativa e envolve a codificação dos dados, a categorização e a interpretação, buscando compreender as complexidades e os significados subjacentes dos relatos descritos pelos participantes (Creswell, 2007).

Para a análise dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo, que é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa interpretar as características, assim como os modelos que envolvem os elementos estudados (Bardin, 2016). Os procedimentos da análise e interpretação dos dados deste trabalho seguiu o disposto por Bardin.

Essa análise pode ser aplicada em uma variedade de contextos, como entrevistas, questionários abertos, diários, artigos, livros e outros documentos escritos, considerando a organização da análise em três etapas cronológicas: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados (inferência e interpretação), permitindo ainda uma compreensão ampla do conteúdo, revelando as perspectivas dos participantes e as complexidades dos fenômenos estudados (Bardin, 2016).

A análise proposta por Bardin é composta por algumas etapas, sendo que a primeira etapa compreende a pré-análise, onde acontece a organização do processo de pesquisa, no qual o pesquisador se engaja na cuidadosa articulação e planejamento das ideias, realizando a escolha dos documentos, a formulação dos objetivos e também a formulação de indicadores que auxiliem na interpretação final (Bardin, 2016).

Essa etapa resultou na organização do material e na sistematização das ideias, após a realização das entrevistas, o que exigiu a revisão da leitura das entrevistas realizadas, para um melhor entendimento e também para auxiliar na etapa da transcrição.

Vale ressaltar que a pré-análise é um processo emergente, permitindo adaptações e ajustes ao longo do caminho à medida que novos *insights* e perspectivas surgem (Bardin,

2016). Essa abordagem flexível e gradual assegura a robustez e a adaptabilidade da pesquisa, oferecendo uma base sólida para o desenvolvimento subsequente: a exploração do material e a interpretação dos dados (Bardin, 2016).

Em seguida, inicia-se a etapa da Exploração do material, ou seja, a aplicação sistemática das decisões tomadas na pré-análise, seja aplicado manualmente ou por meio de computador. A terceira etapa consiste no tratamento dos dados brutos, isto é, nessa etapa são processados e tratados de maneira que sejam significativos e válidos, sendo sistematizados em quadros de resultados, figuras e modelos destacando as informações analisadas (Bardin, 2016).

Para a codificação dos dados, considerou-se a natureza exploratória da análise, que envolveu a compreensão do ambiente institucional. Esta fase tem como objetivo compreender o que foi coletado, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e ampliar a compreensão de contextos para além do que se pode verificar nas aparências do fenômeno (Bardin, 2016).

Com base nas etapas descritas, após a coleta de dados, iniciou-se a fase de tratamento, interpretação e inferência dos dados, que exigiu atenção aos detalhes, a compreensão por meio de muita leitura e interpretação, em seguida as entrevistas foram transcritas no formato de perguntas/respostas, formando assim um corpus (documento unificado das entrevistas).

O Corpus textual foi submetido ao *software Iramuteq*, mas antes, algumas adaptações foram realizadas, seguindo o tutorial do software, deixando o texto mais limpo de acordo com a norma culta e no formato que o software exige para o correto processamento. O *Software Iramuteq* é de uso livre, foi criado por Pierre Ratinaud inicialmente na língua francesa.

O *Iramuteq* auxilia no tratamento de dados textuais, é amplamente utilizado em pesquisas qualitativas, oferecendo várias possibilidades de análises, baseadas na estatística de texto (Sousa, 2021).

A utilização do *Software Iramuteq* resultou na contagem da frequência absoluta de palavras mais recorrentes nas entrevistas, gerando gráficos relevantes. Dentre eles optou-se pela utilização dos três recursos do *Iramuteq*: a nuvem de palavras, a análise de similitude e a classificação hierárquica descendente (CHD).

Dessa forma, considerando os procedimentos aqui utilizados foram realizadas as principais constatações por meio de inferências e interpretações, apresentados no capítulo 4. Antes disso, o tópico 3.4 apresenta a Matriz de Amarração, detalhando as conexões entre os diferentes elementos abordados.

3.4 MATRIZ DE AMARRAÇÃO

Com o objetivo de fornecer uma representação esquemática que resume a organização da pesquisa e a visualização sistemática do trabalho, foi construída uma matriz de amarração metodológica, apresentada no Quadro 3. A matriz de amarração é definida como um instrumento composto por uma estrutura matricial, no qual as decisões e definições da pesquisa são comparadas, com o propósito de avaliar a consistência das relações previstas entre as várias dimensões e decisões que guiam uma pesquisa, estabelecendo assim a solidez metodológica da intervenção científica (Telles, 2001).

Quadro 3 - Matriz de Amarração Metodológica

Problema de pesquisa	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Revisão de Literatura	Técnica de Coleta e Análise de Dados
Como é realizada a aquisição de alimentos pelas Universidades Federais UFMS e UFGD oferecidas nos Restaurantes Universitários?	Compreender o processo de aquisição de alimentos provenientes da AF pelos maiores RUs universitários das Instituições Federais de Ensino Superior (IFEs) de MS: UFMS e UFGD	Caracterizar e mapear os processos de compra de alimentos provenientes da Agricultura Familiar pelos restaurantes universitários analisados.	Políticas Públicas voltadas à AF (Brasil, 2009; Brasil, 2012; Brasil, 2015; IBGE, 2017; Machado et al., 2018; Sambuichi <i>et al.</i>, 2020; Salgado; Souza; Ferreira, 2021; Triches <i>et al.</i>, 2022). Mercado (s) e Agricultura Familiar (Pitaluga; Bourlegat, 2022; Schneider, 2016; Ploeg, 2008). O Papel dos Restaurantes Universitários na alimentação dos Estudantes (Parizotto, 2019; Barroso, 2019). Compras Públicas Sustentáveis (Santos, 2018; Oliveira; Santos, 2015; BRASIL, 2010).	Pesquisa bibliográfica; Entrevistas; Análise de conteúdo; Pesquisa documental: dados coletados nos portais das instituições como edital, contrato e as entrevistas.
		Propor ações mais ajustadas e inclusivas para o aprimoramento do processo de aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar pelas IFES analisadas.	Síntese sobre as Compras da Agricultura Familiar nas IFES do Brasil (Assis, 2016; Parizotto, 2019; Salgado; Souza; Ferreira, 2021; Triches et al., 2022).	

Fonte: elaborado pela autora, (2024)

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, são apresentados os resultados obtidos da coleta de dados, os itens 4.1 e 4.2 abordam as instituições analisadas, detalhando o processo de aquisição de alimentos na UFMS e UFGD. Em seguida, o item 4.3 apresenta uma análise de dados complementares utilizando o *software Iramuteq*. Dessa forma, o tópico 4.1 traz a realidade de algumas instituições em relação às compras da Agricultura Familiar, os estudos foram organizados em ordem cronológica, objetivando destacar as fragilidades existentes e os avanços alcançados nos últimos anos.

4.1 O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PELA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

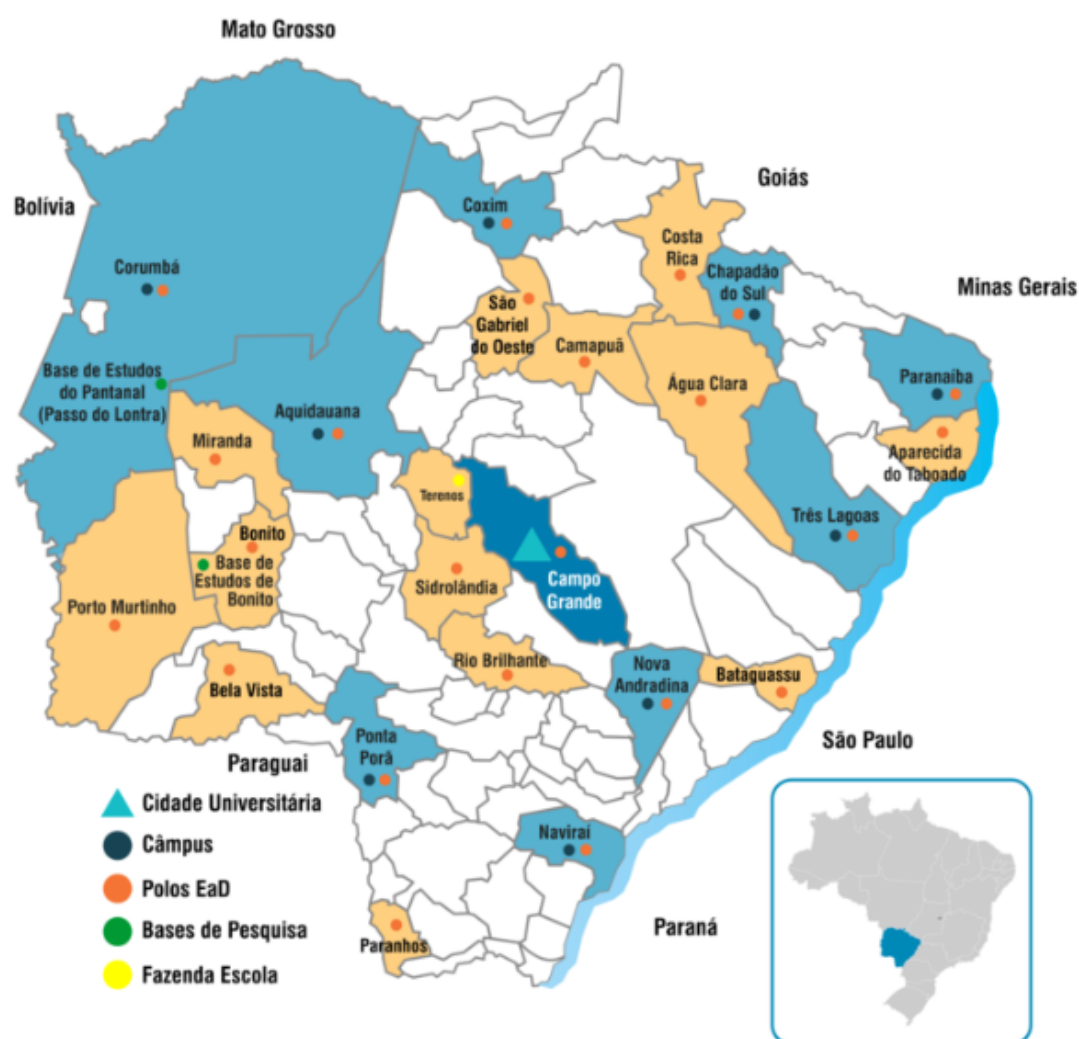
A partir dos objetivos propostos neste estudo, será apresentado o caso do RU Campus Sede da UFMS, com foco na aquisição de alimentos da agricultura familiar, com base na análise documental, nos relatos dos entrevistados e na observação.

Trata-se de uma instituição de ensino superior que iniciou suas atividades em 1962, dando início à educação pública no estado, na época, ainda chamado de Mato Grosso. Ao longo dos anos, novos institutos e cursos foram criados na cidade de Campo Grande, e outros institutos localizados em várias cidades do estado, se uniram, formando uma Sede em Campo Grande. Com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, a instituição foi federalizada, em 1979, e passou a se chamar Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS, 2023).

A UFMS oferece uma ampla variedade de cursos, tanto presenciais como a distância, abrangendo graduação e pós-graduação. A universidade possui vinte e cinco unidades acadêmicas, incluindo dezesseis na Cidade Universitária e nove câmpus localizados em diferentes cidades, como Aquidauana, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas (UFMS, 2023).

A Figura 3 demonstra a atuação da UFMS no estado de Mato Grosso do Sul.

Figura 3 - Atuação da UFMS no Estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: UFMS (2023)

A UFMS possui 4 restaurantes universitários, um na Cidade Universitária, localizado em Campo Grande (foco da pesquisa), e nos Câmpus de Aquidauana, Câmpus do Pantanal e Câmpus de Três Lagoas.

Os restaurantes são administrados por empresas contratadas através de licitação, com o acompanhamento da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES), e tem como principal propósito garantir a permanência dos estudantes na universidade e promover o bom desempenho acadêmico, através de uma alimentação adequada e acessível (UFMS, 2023).

O funcionamento do RU da Cidade Universitária, acompanha o calendário acadêmico, atendendo estudantes e demais membros da comunidade acadêmica da UFMS. O restaurante oferece duas refeições diárias, almoço e jantar, composta por uma combinação de prato base³, proteína ou porção vegetariana, guarnição, salada e sobremesa (UFMS, 2023).

Durante a pandemia da Covid-19, com a suspensão presencial das aulas, o RU passou por uma revitalização, resultando na ampliação do salão 1 do Restaurante, a instalação de piso tátil, decoração de adesivos do mascote da UFMS, o Capi, e frases motivacionais, conforme ilustrada na Figura 4 (UFMS, 2023).

Figura 4 - Revitalização do Restaurante Universitário da Cidade Universitária - UFMS



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A fachada do RU, Figura 5, também ganhou visual novo, os 14 murais na entrada do Restaurante apresentam pinturas que retratam os povos originários do Brasil. As melhorias apontadas na revitalização são decorrentes da Avaliação Instituição da UFMS, que está aberta anualmente para os estudantes, técnicos e professores (UFMS, 2023).

³ alimentos como arroz branco, arroz integral e feijão

Figura 5 - Fachada do Restaurante Universitário da Cidade Universitária - UFMS



Fonte: UFMS (2023)

O RU é administrado sob regime de concessão onerosa de espaço público. A escolha da empresa do ramo de serviço de alimentação (cessionária), acontece por meio de processo licitatório, ficando a contratada responsável pela mão-de-obra especializada, bem como pela compra de matéria prima alimentícia e demais materiais necessários. Conforme descrito no edital de Licitação do Pregão eletrônico n. 03/2022:

A empresa deverá disponibilizar mão-de-obra especializada, equipamentos e utensílios em número suficiente e condições adequadas para a produção e distribuição de refeições nutricionalmente balanceadas e em adequadas condições higiênico-sanitárias e socioambientais, para atender à comunidade universitária e visitantes, no Campus Cidade Universitária, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul com concessão onerosa do espaço público (UFMS, 2022).

Na última licitação realizada em 2022 para a escolha da empresa contratada, definiu-se o valor de R\$ 15,70 (quinze reais e setenta centavos) para cada refeição servida no RU. O pagamento pelo serviço prestado à empresa contratada é calculado com base no número de refeições servidas aos estudantes. Aqueles que têm refeições subsidiadas pelo Governo Federal, via PNAES, contemplados de forma parcial, pagam apenas uma taxa simbólica, a diferença é coberta pela UFMS, por meio da PROAES, assim como o pagamento das refeições dos estudantes contemplados pelo Programa de forma integral (UFMS, 2022).

Todas as refeições subsidiadas são registradas pela contratada, e conferidas pela contratante por meio de sistema próprio de controle. O valor da refeição foi reajustado em 2023 e reduzido para R\$ 14,00 (quatorze reais), após o acordo realizado entre a UFMS e a empresa cessionária. A PROAES é responsável por repassar diretamente à contratada os valores referentes às refeições servidas aos estudantes subsidiados pelo PNAES (UFMS, 2022).

A empresa contratada é responsável por todas as etapas, desde a aquisição de matérias-primas, recebimento, armazenamento, pré-preparo, preparo, higienização e distribuição das refeições. A fiscalização do processo é realizada pela UFMS por meio de um fiscal de contrato, um servidor técnico-administrativo designado para monitorar a execução do serviço e atuar como representante da instituição perante a empresa contratada.

A seguir, o entrevistado 1 apresenta a forma de gestão e o processo de aquisição de alimentos do Restaurante Sede da UFMS:

Atualmente, o RU é terceirizado. Tenho conhecimento que a terceirização acontece desde 2008, por empresas contratadas, por meio de pregão eletrônico. Em tese, tenho conhecimento básico sobre o PNAE, PAA e o Decreto nº 8.473/2015, e no termo de referência, documento que antecede a contratação da empresa, há uma cláusula destacando os critérios de sustentabilidade, na qual a aquisição dos alimentos servidos no RU será feita, **preferencialmente**, dos produtores rurais da Agricultura Familiar e suas organizações. Porém, até o momento, não houve iniciativa concreta por parte da UFMS para a aquisição dos alimentos da AF. (Entrevistado 1 UFMS).

O entrevistado revela que conhece a importância dos Programas, e que foi inserido intencionalmente no Termo de Referência a preferência pela compra de alimentos da AF, como forma de incentivar a empresa contratada a adquirir os alimentos da AF. Relata ainda que, tanto a UFMS, como a empresa contratada, têm interesse em utilizar os produtos da AF. Porém, conforme as palavras do entrevistado 2, há dificuldade em encontrar fornecedores que atendam a demanda:

O RU oferece, conforme acordo contratual, almoço e jantar durante a semana, e almoço aos sábados. Devido a cláusula existente no termo de referência, foi solicitado ao fornecedor principal dos hortifrutis a procedência dos produtos adquiridos. Posso dizer que de forma indireta, acontece a compra de uma pequena parte desses produtos da AF, pois o fornecedor principal que atende o RU, o CEASA/MS, realiza a compra de uma pequena parte dos hortifrutis de agricultores familiares. A maior dificuldade/barreira para a aquisição desses alimentos é a falta de fornecedores locais que atendam a demanda do RU, pois até o momento não foram encontrados fornecedores que pudessem suprir a demanda do Restaurante. (Entrevistado 2 UFMS).

De acordo com Sambuichi *et al.* (2016), apesar da abrangência nacional dos Programas, verifica-se que sua efetivação acontece de forma desigual nas regiões, considerando vários aspectos envolvidos, como a diferença na produção e comercialização desses produtos.

Em se tratando da distribuição de mão de obra ocupada na AF, essa desigualdade também se mostra relevante uma vez que a região Centro-Oeste detém a menor representatividade do país, com um percentual de apenas 5,5% em detrimento, por exemplo, da região nordeste, que detém 46,6% (IBGE, 2017), realidade que pode explicar a dificuldade da Instituição em encontrar fornecedores locais que atendam a demanda do RU.

As dificuldades enfrentadas pela UFMS refletem a realidade de muitas outras IFES, sendo que a baixa adesão das universidades ao modelo de compra da agricultura familiar expõe diversas fragilidades no sistema, especialmente na execução da administração pública.

O RU da cidade Universitária de Campo Grande-MS realiza suas compras no mercado convencional, e uma pequena parte desses produtos, fornecidos pelo CEASA/MS advém de agricultores familiares, assim, destaca-se que indiretamente o RU utiliza alguns produtos (parte folhosa) da AF.

Outro aspecto mencionado no termo de referência da UFMS, é sobre a obrigatoriedade da contratada, em ter o nutricionista técnico e outros nutricionistas, em número adequado, de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Nutrição - CFN nº 600/2018 durante o funcionamento da cozinha e da utilização dos refeitórios, o que conforme, as palavras do entrevistado 2, a empresa atende o requisito:

O RU possui três nutricionistas que fazem o revezamento, para que o restaurante tenha sempre pelo menos um nutricionista acompanhando os trabalhos. Os Nutricionistas têm total autonomia para elaboração dos cardápios, que são realizados periodicamente, obedecendo as cláusulas contratuais. O RU preza pelos nutricionistas e seus usuários. (Entrevistado 2 UFMS).

Percebe-se que a empresa cessionária demonstra cautela e preocupação no sentido de cumprir as exigências no que se refere à disponibilidade de profissionais específicos para o atendimento das demandas operacionais. Por outro lado, a UFMS ainda não possui um profissional da área (nutricionista) responsável por supervisionar os aspectos técnicos que auxiliaria na elaboração e acompanhamento das etapas e principalmente avaliar a qualidade da refeição, o que conforme as palavras do entrevistado 1, poderia contribuir muito no processo.

A UFMS que elabora o Edital de licitação, há um cuidado para atualização do edital a cada nova contratação, de acordo com a experiência dos anteriores. Uma das maiores dificuldades na elaboração do edital é a falta de um profissional da área (nutricionista), pois o gestor de contrato é administrador e um nutricionista mais próximo, participando da elaboração e acompanhamento poderia contribuir muito (Entrevistado 1 UFMS).

Sobre o cardápio do RU os entrevistados informaram que é atualizado periodicamente, com uma combinação de arroz, feijão, guarnição (macarrão, purê de batata doce, cenoura com ervas), salada de folhas, proteína (frango, carne vermelha e carne suína) e fruta, totalizando, em média, de 900 a 1000 calorias, em cumprimento ao acordado no contrato:

O almoço e o jantar deverão conter de 700 (setecentas) a 900 (novecentas) calorias, admitindo-se um acréscimo de vinte por cento (quatrocentas calorias) em relação ao Valor Energético Total –VET de 2000 (duas mil) calorias por dia e deverão corresponder a faixa de 30 - 40% (trinta a quarenta por cento) do VET diário (UFMS, 2022).

O entrevistado 1 explica que em 2023, o Restaurante Universitário registrou uma média de 900 refeições diárias, um valor significativamente menor se comparado aos anos de 2018 e 2019, anteriores à pandemia, nos quais o RU servia em média 1.500 refeições por dia. Após a pandemia, houve uma redução considerável nesse número.

No entanto, em 2024, já se sinaliza uma retomada desse quantitativo, e atualmente o RU está servindo uma média de 1.200 refeições diárias. A expectativa é que em breve ele retome sua média histórica de 1.500 refeições por dia.

Quando questionado sobre a preocupação com a produção local de frutas, legumes e verduras no estado de Mato Grosso do Sul, o entrevistado 3 revela que não há essa cautela, considerando a baixa demanda estadual. No entanto, existe o cuidado com a qualidade e a origem dos alimentos em relação aos princípios da soberania alimentar.

O Restaurante Universitário faz o consumo de frutas da época. Como o estado de MS não tem uma demanda grande de frutas não há a preocupação de que os mesmos sejam produzidos no estado, por esse motivo grande parte da demanda vem do estado de São Paulo, pois apesar de adquirir os produtos do CEASA/MS, a origem de grande parte desses produtos é do estado de São Paulo. Acredito que a soberania alimentar ajuda na qualidade dos alimentos, ao comprar, por exemplo, as frutas, legumes e verduras de época é percebido uma diferença na qualidade desses produtos, uma fruta mais doce, a verdura menos amarga, mais gostosa, o preço mais acessível (Entrevistado 3 UFMS).

A UFMS justifica o baixo volume dos produtos adquiridos aqui no estado, tendo em vista a dificuldade em encontrar fornecedores que atendam continuamente a demanda do RU. Porém, cabe destacar que a partir do momento que acontece a implementação do PAA, isso representa um mecanismo significativo para estimular a produção regional entre os agricultores familiares, da mesma forma que fomenta a segurança alimentar e nutricional dos estudantes, técnicos e docentes, (Santos; Felix, 2022).

Ao questionar os entrevistados sobre as iniciativas que poderiam sanar a barreira da falta de fornecedores para aquisição das compras da AF, o entrevistado 2 relatou:

Já fiz contato uma vez com uma cooperativa de Campo Grande, a fim de que pudesse suprir a demanda do RU, porém a maior dificuldade é que a Cooperativa não faz a entrega dos produtos, ficando inviável para o RU fazer a retirada dos produtos diariamente (Entrevistado 2 UFMS).

Constata-se o interesse do RU em realizar as compras dos agricultores familiares, porém existe uma logística que precisa ser melhor ajustada e colocada em prática para a efetiva realização. O entrevistado 3 sugeriu realização de uma horta, pela UFMS, que pudesse atender a demanda do RU, servindo de um ponto fixo de venda, enquanto o entrevistado 1 informou que até o momento não houve iniciativas, mas que a entrevista motivou-o a pensar mais sobre o tema.

O trabalho de Salgado, Souza, Ferreira (2021), ressalta que a efetividade da implementação do PAA-CI nas universidades federais e demais instituições federais depende, em grande medida, da coordenação de esforço entre gestores, lideranças das organizações e movimentos sociais para garantir um salto na oferta de gêneros alimentícios para o abastecimento em quantidade e qualidade das universidades federais.

Outras pesquisas revelaram que a terceirização dos RUs dificulta a realização do programa de várias maneiras. a) há a perda do contato direto com as organizações participantes, essencial para a atuação das universidades na sociedade; b) o uso predominante do Pregão Eletrônico baseado no Menor Preço pode dificultar o cumprimento da exigência de compra de pelo menos 30% da AF por um preço justo, o que contradiz a legislação do programa; c) a terceirização resulta na perda de contato direto com os produtores rurais, bem como às cooperativas que dependem do PAA como fonte de renda e incentivo para sua produção (Santos; Felix, 2022).

Considerando que a terceirização está presente no RU da UFMS há muitos anos, e como visto nos estudos aqui abordados, que esse processo tende a dificultar a realização das compras por meio do PAA-CI, verifica-se que a UFMS tem um extenso caminho a percorrer para a efetivação da aquisição de gêneros alimentícios da AF. Neste sentido, uma maior interação social entre os envolvidos, ou seja, um esforço conjunto na tentativa de reverter o quadro atual configura-se como elemento decisivo para o aperfeiçoamento e fortalecimento da construção de uma relação mais próxima entre os atores sociais envolvidos.

Os entrevistados acreditam que, mesmo com a terceirização, é possível adquirir alimentos da AF para o RU, desde que existam fornecedores capazes de atender à demanda.

Cabe destacar que o Mercado Escola da Agricultura Familiar, espaço recém inaugurado na UFMS, destinado a ser um entreposto para a comercialização de alimentos provenientes da agricultura familiar, possa contribuir para a ampliação da oferta de alimentos, favorecendo o estreitamento das relações entre produtores e o RU e potencializando o comércio justo.

A Figura 6 mostra o início do projeto Mercado Escola, localizado ao lado do ginásio Moreninho, na Cidade Universitária. A Gestão da UFMS acredita que essa construção será estratégica para o agronegócio no estado de MS, fortalecendo as cooperativas de pequenos produtores (UFMS, 2021). Já na Figura 7, verifica-se a obra em fase final, antes da sua inauguração.

Figura 6 - Início do Projeto Mercado Escola - UFMS



Fonte: UFMS (2021)

Figura 7 - Obras do Mercado Escola - UFMS



Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

O projeto do Mercado Escola vai além da comercialização de produtos nos boxes de venda que serão instalados, o espaço também desenvolverá atividades voltadas à educação e pesquisa com o objetivo de ensinar boas práticas. No andar superior do prédio, serão montados laboratórios que apoiarão estudos ao aprimoramento de técnicas de cultivo e transformação dos produtos (UFMS, 2021).

Diante dos resultados obtidos na UFMS, constata-se que a universidade adotou tímidas iniciativas para a implementação das compras da AF e que até o momento as compras são realizadas 100% no mercado convencional.

Todavia, foi demonstrado que tanto a UFMS como a empresa terceirizada têm interesse em reverter essa situação, há uma expectativa de melhorias no processo de compra, uma vez que a colaboração entre os atores envolvidos pode abrir oportunidades para avanços. Além disso, vale destacar que o Mercado Escola, iniciando suas atividades, pode atuar como um impulsionador, facilitando a efetivação dessas aquisições.

4.2 O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) foi instituída pela Lei nº 11.153, de 29 de julho de 2005. Sua criação ocorreu através do desmembramento do Centro Universitário de Dourados (CEUD), que era um campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Essa separação permitiu que a nova instituição tivesse uma administração e gestão própria, além de maior autonomia acadêmica e financeira para desenvolver suas atividades (UFGD, 2023).

A UFGD está localizada na cidade de Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul, e oferece diversos cursos de graduação, pós-graduação e extensão nas áreas de ciências humanas, sociais, biológicas, exatas e engenharias, entre outras. A universidade cumpre um papel importante junto ao desenvolvimento educacional e científico da região (UFGD, 2023).

A estrutura organizacional da UFGD é composta pela Reitoria, sete Pró-Reitorias, a Administração Superior, doze Unidades Acadêmicas e os Órgãos Administrativos e Suplementares. Juntos, formam uma estrutura robusta e integrada, capaz de sustentar o crescimento e o desenvolvimento contínuo da UFGD, garantindo uma experiência acadêmica de excelência para sua comunidade acadêmica buscando continuamente a transformação social e intelectual (UFGD, 2023).

A UFGD contou, no ano de 2023, com aproximadamente 8.000 estudantes, entre os cursos de graduação e pós-graduação, 1.717 servidores públicos, entre docentes e técnico-administrativos, além disso, conta com visitantes e estudantes da UEMS que eventualmente realizam suas refeições no RU da UFGD.

O Restaurante Universitário da UFGD, conforme ilustrado na Figura 8, opera com o fornecimento de duas refeições diárias aos estudantes, servidores, terceirizados, estagiários e visitantes (UFGD, 2023). O serviço do restaurante é terceirizado através de um processo licitatório, onde uma empresa contratada é selecionada para oferecer refeições de qualidade com baixo custo para a comunidade universitária.

Figura 8 - Restaurante Universitário da UFGD



Fonte: UFGD (2023)

Durante a pandemia da Covid-19, com a suspensão temporária das aulas, a PROAE realizou uma reforma no RU, recebeu equipamentos novos para melhor atender a comunidade acadêmica, conforme as Figuras 9, 10 e 11, que revelam as melhorias em fase de obras .

Figura 9 - Reforma do Restaurante Universitário da UFGD



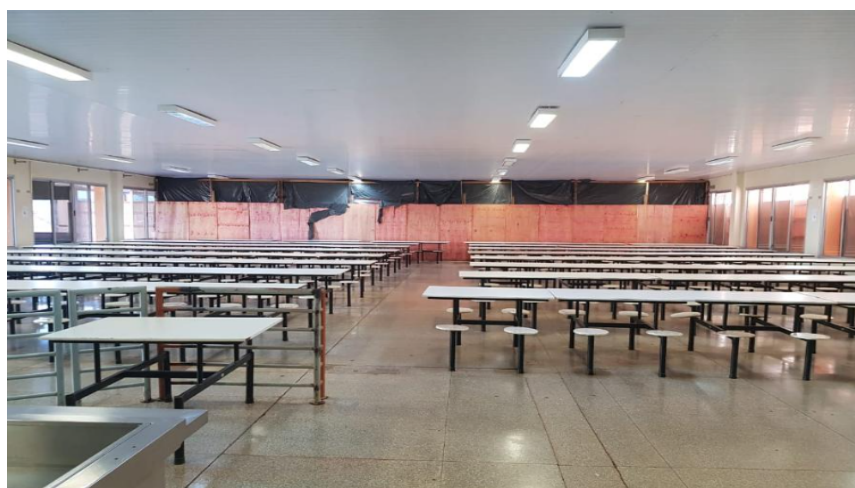
Fonte: UFGD (2020)

Figura 10 - Reforma do Restaurante Universitário da UFGD



Fonte: UFGD (2020)

Figura 11 - Reforma do Restaurante Universitário da UFGD



Fonte: UFGD (2020)

No que se refere aos aspectos legais, o Termo de Referência, documento que faz parte do processo licitatório, estabelece as diretrizes para o funcionamento do Restaurante Universitário, o qual inclui detalhes como o planejamento e divulgação do cardápio, a higiene e manutenção do ambiente, o papel do gestor do contrato, a função da comissão de acompanhamento, e as restrições quanto aos alimentos e bebidas comercializados no local.

O prazo de vigência da contratação da empresa terceirizada é de doze meses podendo ser prorrogado, por até 10 anos, mediante termo aditivo e acordo mútuo entre as partes (UFGD, 2024). A última empresa contratada iniciou suas atividades em 12/03/2020 permanecendo até início de 2024, ano em que a UFGD realizou um novo processo licitatório, tendo como vencedora uma nova empresa contratada, iniciando suas atividades em abril de 2024.

Assim como no Termo de Referência da UFMS, a UFGD também incluiu uma cláusula com a orientação de que a empresa contratada adquira produtos da AF, demonstrando sua atenção ao cumprimento das normativas.

Do total dos recursos destinados, no exercício financeiro, à aquisição de gêneros alimentícios pela CONTRATADA, no mínimo 30% **deverá** ser destinado, sempre que possível, à aquisição de produtos de agricultores familiares e de suas organizações. O detalhamento desta exigência encontra-se no item “Da Qualidade dos Gêneros Alimentícios” (UFGD, 2024).

Observa-se que diferente da UFMS, a UFGD utiliza o verbo “**deverá** ser destinado, sempre que possível” demonstrando a obrigatoriedade da Instituição contratada de que as compras da AF sejam de fato realizadas. Outra observação verificada é que no Termo de Referência é apontado o dever da contratada em valorizar a culinária regional e sazonal, uma atenção voltada à soberania alimentar.

A CONTRATADA deverá valorizar em seu cardápio, os alimentos e preparações culinárias regionais e sazonais, priorizando as espécies nativas da sociobiodiversidade brasileira, conforme a Portaria Interministerial MAPA/MMA nº 10, de 21 de Julho de 2021 (UFGD, 2024).

O entrevistado 4 tem conhecimento que a UFGD terceiriza a gestão do Restaurante Universitário, desde 2006, e utiliza a modalidade de licitação - Pregão Eletrônico baseado no Menor Preço.

Na UFGD existe um setor responsável por acompanhar as atividades do RU, e essa equipe é composta pelo Gestor do contrato, Fiscal técnico e Fiscal trabalhista. Hoje o Restaurante é terceirizado, na verdade sempre foi terceirizado, acabamos de passar por uma licitação e nova empresa iniciou suas atividades em abril deste ano. Tenho conhecimento que desde 2006 o RU é terceirizado (Entrevistado 4 UFGD).

O entrevistado 4 afirma ter conhecimento das políticas voltadas ao incentivo da AF nas refeições servidas nos RUs, e do Decreto nº 8.473/2015, porém relata que nunca houve a fiscalização das notas fiscais da empresa contratada, a fim de constatar a porcentagem de aquisição de gêneros alimentícios da AF. Mas que a partir deste novo contrato, será realizada a fiscalização.

Até o contrato anterior a gente não fiscalizava a questão das notas para verificar a porcentagem de aquisição da AF, apenas informava que a empresa deveria dar preferência aos alimentos da AF e Projetos da Universidade. No nosso entendimento até a publicação do Decreto novo publicado em 2023, esses 30% englobava apenas a Universidade e não a empresa terceirizada, mas o Decreto de 2023 reforçou essa determinação o que nos motivou a inserir a cláusula no contrato e a efetiva fiscalização durante a vigência desse novo contrato com a empresa terceirizada (Entrevistado 4 UFGD).

O Decreto n. 11.802/2023, mencionado pelo entrevistado, reforça a determinação no âmbito da Administração Pública, no seu art. 4º apresenta essa obrigatoriedade também às empresas contratadas pela Administração Pública (Brasil, 2023b).

Art. 4º Do total de recursos destinados, no exercício financeiro, à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta e indireta, no mínimo, trinta por cento deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, por meio da modalidade de compra institucional.

§ 1º O disposto no **caput** aplica-se às aquisições ou ao fornecimento de alimentos por empresas contratadas pela administração pública, conforme critérios previstos em edital (Brasil, 2023b)

Há situações em que o Decreto menciona que as Instituições poderão deixar de observar esse percentual, mas em casos excepcionais, quando ocorrer: a desconformidade do produto ou de sua qualidade; quando a produção de demanda for insuficiente na região; ou nas aquisições classificadas como especiais, esporádicas ou emergenciais, com a devida justificativa (Brasil, 2023b). Observa-se a iniciativa como forma de incentivo por parte governamental de que essa política seja implementada em toda a Administração Pública.

Analisando a quantidade de refeições servidas no RU da UFGD, o quadro 4 apresenta o quantitativo de janeiro a dezembro de 2023, um número expressivo, levando em consideração a quantidade de estudantes matriculados na Instituição.

Quadro 4 - Quantidade de Refeições servidas no Restaurante Universitário da UFGD, em 2023

Refeição 2023	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Almoço	7.021	15.569	20.883	11.744	13.095	22.206	21.115	23.302	8.933	17.692	17.665	7.593
Jantar	1.811	4.573	6.229	3.431	4.610	7.090	6.916	8.058	2.621	6.027	5.773	2.477
Total	8.832	20.142	27.112	15.175	17.705	29.296	28.031	31.360	11.554	23.719	23.438	10.070
Total: 246.434												

Fonte: UFGD (2024)

Ao entrevistar o participante 5, o mesmo informou que atua como representante do RU desde o final de 2023, e que nesse período que iniciou suas atividades no RU, o número de refeições servidas diariamente, no final do ano de 2023, girava em torno de 1000 (mil) refeições diárias. A elaboração dos cardápios fica a cargo do nutricionista em conjunto com a gestão do Restaurante.

No final de 2023, o RU serviu em média 1000 (mil) refeições diárias, já em 2024, esse número aumentou para uma média de 1300 (mil e trezentas) refeições diárias entre almoço e jantar. O valor cheio da refeição servida no RU é 15,72, porém praticamente todos os estudantes possuem algum subsídio, pagando apenas um valor mínimo ou tendo a isenção total dessa cobrança (Entrevistado 5 UFGD).

A atual empresa contratada tem sua sede no estado de SP, e de acordo com as informações fornecidas pelo entrevistado 5 a empresa atende diversas instituições no estado de SP e recentemente encontra-se no processo de expansão para outras regiões:

A empresa é do estado de São Paulo e atende outras Instituições Públicas como hospitais e escolas, está em fase de expansão e a UFGD foi a primeira empresa fora do estado de SP, mas hoje atua também na Bahia e em Goiás. Não tenho certeza, se a empresa adquire produtos da AF nessas outras instituições, mas como a empresa atende muitas escolas, mais de 400, acredito que sim, que a empresa utiliza produtos da AF, em atendimento ao PNAE (Entrevistado 5 UFGD).

A adesão ao PNAE traz alguns pontos positivos, é uma política pública de desenvolvimento, uma ação voltada para o Direito Humano à Alimentação Adequada

(DHAA) e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) capaz de proporcionar benefícios para seu público alvo, os estudantes e os Agricultores Familiares (Rodrigues, 2023).

Quando questionado sobre a procedência dos gêneros alimentícios utilizados no RU da UFGD, foi informado que boa parte dos produtos advém do mercado convencional, no qual o CEASA/SP é o maior fornecedor da empresa, e que eventualmente, quando necessitam de produtos extras, recorrem então à Cooperativa da região a COOPERAPOMS, adquirindo alguns produtos da AF

A maioria dos nossos produtos hortifrutis vem do CEASA/SP. A compra é realizada para o atendimento de 15 dias, os produtos vêm em uma embalagem com tecnologia que auxilia a duração mais prolongada dos alimentos. Porém, quando há a necessidade de adquirir produtos extras, para suprir a demanda do RU, essa aquisição complementar vem 100% dos agricultores familiares, o RU aciona à COOPERAPOMS para a realização dessas compras (Entrevistado 5 UFGD).

O entrevistado tem pleno conhecimento das políticas públicas existentes, voltadas ao incentivo da AF, relata que é de grande interesse conseguir realizar a compra diretamente dos agricultores familiares, mas existem alguns desafios que impedem que essa realidade de fato seja implementada hoje na UFGD.

Eu particularmente sou a favor e tenho muito interesse em adquirir os produtos da AF. Existe a orientação no contrato com a UFGD, e é algo que gostaria muito de colocar em prática. Mas há alguns impasses: hoje não temos agricultores familiares que consigam suprir a demanda, alguns não possuem nota fiscal, que é uma exigência, e ainda tem a questão dos preços, que são mais elevados do que os praticados no mercado convencional (Entrevistado 5 UFGD).

O entrevistado 4 confirma que esses impasses realmente existem, mas acredita que algo pode ser feito, para melhorar ou amenizar essa situação, e que o RU precisa dar o primeiro passo, ou seja, dar preferência às compras da Agricultura Familiar e a demanda não sendo suficiente, aí sim, parte para o mercado convencional.

A questão da disponibilidade é uma barreira, porém a empresa poderia comprar o que estaria disponível e complementar com o mercado convencional. Já o preço, acredito que seja a maior barreira, considerando seus valores elevados. Pretendemos trabalhar mais a parte da conscientização da empresa contratada (Entrevistado 4 UFGD).

A região Centro-Oeste apresenta um quadro desfavorável em relação à produção de produtos da AF comparado às outras regiões do país. De acordo com Salgado, Souza, Ferreira (2021), uma das justificativas pode ser o fato de que a região é caracterizada por grandes propriedades rurais, voltadas à exportação.

A questão da documentação é outro desafio que as Instituições enfrentam, estudos como o de Giombelli (2018), apontam que, no âmbito das aquisições envolvendo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a burocracia está presente na parte da documentação, atrasando o desenvolvimento da chamada pública e a realização dos pagamentos.

Apesar da construção de um ambiente favorável, até o momento não houve uma ação concreta por parte da UFGD ou do RU voltada a implementar essa prática. O participante reconhece a diferença entre os produtos oferecidos pelos agricultores familiares e o mercado convencional, acredita que utilizar os produtos da AF é vantajoso, em termos de qualidade, porém no momento não é a realidade da UFGD.

Sim, percebo a diferença entre os produtos. O CEASA/SP oferece produtos bons, de qualidade e os produtos fornecidos pela cooperativa se assemelham, e tem o diferencial que são produtos mais frescos, porque são produzidos aqui na região (Entrevistado 5 UFGD).

A atual empresa que gerencia o RU, está à frente do Restaurante há apenas dois meses, mas, foi possível perceber que tem muito interesse em realizar as compras de gêneros alimentícios da AF, porém, para que essa prática aconteça muitas barreiras precisam ser superadas.

Acredito que a esfera pública poderia atuar de forma mais participativa, junto aos agricultores e a instituição, para que de fato essa ação seja implementada aqui na UFGD. Acredito também que reuniões futuras irão acontecer junto à UFGD para tratar melhor essa questão (Entrevistado 5 UFGD).

O entrevistado 6, Nutricionista do RU, reforça a importância de implementar essa prática na UFGD, e o quanto esses alimentos poderiam trazer benefícios aos comensais⁴.

Procuramos sempre balancear as refeições, de acordo com o estabelecido no contrato, levando em consideração a sazonalidade, e a preferência dos usuários. Gostaríamos muito de adquirir esses produtos aqui mesmo no estado. Acredito que os produtos são mais saudáveis e nutritivos, e com uma qualidade melhor, com menos agrotóxicos além de ser possível saber a procedência desses alimentos (Entrevistado 6 UFGD).

⁴ Usuários do Restaurante Universitário.

Vale destacar que houve um elevado crescimento de IFES que começaram a adquirir produtos da AF desde a publicação do Decreto n. 8.473/2015, às Universidades com chamadas públicas deu um salto de uma universidade em 2012 para dez universidades em 2019 (Salgado; Souza; Ferreira, 2021). O que demonstra que tais políticas estão surtindo efeito e com a publicação do Decreto n. 11.802/2023, que estende a obrigação também as empresas contratadas, a expectativa é que esse número continue aumentando em todo o Brasil.

A UFGD informou que a partir deste novo contrato com a empresa terceirizada iniciará a fiscalização sobre as compras dos alimentos advindas da AF, algo que até então nunca foi fiscalizado. Relatou também sobre um projeto iniciado em 2023 uma parceria da UFGD junto à Prefeitura de Dourados, voltado para a alimentação escolar, envolvendo a conscientização, o projeto seria iniciado na UFGD através do PAA-CI, porém dado o movimento de greve deflagrado na Universidade, no momento em que as entrevistas foram realizadas, o projeto ainda não foi iniciado.

Nosso planejamento envolve a fiscalização para verificar se a empresa irá cumprir os 30% e trabalhar com a sensibilização da empresa, mostrando a importância dessa ação. Ano passado tivemos contato com um grupo de pessoas para estimular a AF, trata-se de um projeto da Universidade com a Prefeitura de Dourados que envolve a alimentação escolar, e íamos começar aqui na UFGD com o PAA-CI, onde alguns grupos trabalhariam a conscientização, mas foi bem no final do ano e entrou a greve que acabou paralisando o andamento desse projeto (Entrevistado 4 UFGD).

A previsão é que a UFGD repasse para a empresa contratada o valor de 3.873.942,48 (três milhões oitocentos e setenta e três mil novecentos e quarenta e dois reais e quarenta e oito centavos) referente aos subsídios das refeições anuais de 2024 (Entrevistado 4 UFGD). Desse montante, a empresa deverá destinar 30% para as aquisições de gêneros alimentícios advindos da AF, espera-se que a partir da fiscalização a ser realizada pela UFGD, a empresa consiga atingir esse percentual, dando preferência aos produtos da AF.

O Quadro 5 apresenta, de forma detalhada, as características dos RUs das Instituições analisadas.

Quadro 5 - Comparativo dos RUs das Instituições analisadas

	UFMS	UFGD
Início das atividades na Instituição	1979	2005
Quantidade de Estudantes em 2023	37.000	8.000

Forma de Gestão do Restaurante	Terceirizado	Terceirizado
Forma de Contratação da empresa terceirizada	Licitação por Pregão Eletrônico	Licitação por Pregão Eletrônico
Conhecimento sobre o PNAE e PAA-CI	Sim	Sim
Valor atual Refeição no RU	14,00	15,72
Média diária de Refeições Servidas nos RUs.	Em 2023, registrou uma média de 900 refeições, passando para 1200 refeições até abril de 2024.	Em 2023, registrou uma média de 1000 refeições, passando para 1300 refeições até abril de 2024.
Realização das Compras Hortifrutis	100% Mercado Convencional (contudo, o mercado convencional adquire parte dos produtos folhosos da AF)	A maior parte é adquirida no Mercado Convencional, eventualmente compra-se da AF.
Responsabilidade para elaboração do cardápio	Nutricionista	Nutricionista em conjunto com a Gestão do RU
Procedência das Frutas, Legumes e Verduras	CEASA/MS (Porém a origem da maioria dos produtos advém do estado de SP)	CEASA/SP
Justificativa	Falta de fornecedores, preço elevado, cooperativas não realizam a entrega no RU.	Falta de fornecedores, problemas documentais como a não emissão de Nota Fiscal.
Sugestão de melhoria para a aquisição de compras da AF	Realização de uma horta ⁵ na proximidade da UFMS, que atenda no todo ou em parte a demanda do RU. Maior Aproximação da esfera pública, UFMS e empresa contratada. Um nutricionista	Trabalhar a conscientização da empresa contratada. Maior envolvimento da esfera pública. Reuniões futuras entre a UFGD e a empresa contratada. Maior fiscalização por

⁵ A criação de uma horta pela comunidade interna e/ou externa da UFMS seria considerada agricultura urbana, e não agricultura familiar.

	técnico para melhorar a fiscalização do RU pela UFMS.	parte da UFGD. Retomar o projeto iniciado em 2023 da UFGD em parceria com a Prefeitura de Dourados, voltado à alimentação escolar, mais especificamente à conscientização do PAA-CI.
--	---	---

Fonte: Elaborado pela autora a partir das entrevistas (2024).

De acordo com o quadro comparativo 5 e com as entrevistas realizadas, constata-se que a UFGD adotou algumas iniciativas que se mostram mais ajustadas em comparação à UFMS. O RU da UFGD, por exemplo, realiza a aquisição de alguns produtos da Cooperativa COOPERAPOMS, ainda que eventualmente.

Outras medidas incluem a inserção de cláusulas contratuais, no termo de referência, que não apenas orientam, mas informam o dever da empresa de adquirir esses alimentos diretamente da AF, além do projeto de sensibilização da UFGD em parceria com a Prefeitura de Dourados, que apesar de sofrer interrupção por conta do movimento grevista, tende a ser retomado em breve.

Embora as ações aqui destacadas pela UFGD sejam incipientes, e que até o momento a grande parte das compras do RU são realizadas no mercado convencional, existe o potencial para reverter essa situação por meio de uma reestruturação do processo e uma aproximação entre os atores envolvidos, viabilizando a efetivação dessas aquisições.

4.3 ANÁLISE DE DADOS COMPLEMENTARES COM O IRAMUTEQ

Nesta seção, será apresentada a análise dos dados textuais realizada com o auxílio do software *Iramuteq* (um software estatístico), com o propósito de esclarecer o processo de compreensão das categorias identificadas nas entrevistas conduzidas na UFMS e UFGD.

Assim, seguindo os procedimentos metodológicos, as entrevistas foram transcritas excluindo as perguntas e permanecendo apenas as respostas, em seguida, foram convertidas em Corpus Textual, e submetidas ao *Iramuteq*, o que resultou na geração de alguns gráficos. Entre as opções dos gráficos gerados, optou-se pela utilização dos recursos: a nuvem de palavras, a análise de similitude e a classificação hierárquica descendente.

expressivo de repetições, uma vez que os entrevistados sempre reportavam aos termos em suas falas.

Em segundo plano aparece as palavras ‘agricultor’, ‘aquisição’ e ‘cooperativa’, evidenciando que a prática de aquisição dos produtos da AF ainda não é uma realidade nas Instituições.

Para melhor entender o significado de cada palavra dentro do contexto das entrevistas, foi necessário revisar as mesmas, e identificar os sentidos atribuídos pelos entrevistados. Desta forma, as palavras ‘intenção’, ‘interesse’ e ‘iniciar’ embora em segundo plano, revelam que não é uma prática nas instituições realizar compras de produtos da AF, porém existe o entendimento da importância dessa ação, e o verbo ‘iniciar’ relaciona-se ao interesse dos entrevistados na implementação da ação.

O segundo recurso escolhido a partir dos gráficos gerados pelo Iramuteq foi a análise de similitude, classificada como mais completa em relação à nuvem de palavras. Esta análise além de realizar a contagem das palavras, também efetua a criação de *clusters*, isto é, agrupa os termos mais fortemente relacionados entre si, dentro do conjunto do corpus analisado (Silva; Arruda; Mariani, 2021). As formas geográficas dos *clusters* demonstram a conexão das palavras inseridas no contexto das entrevistas, sendo possível observar qual termo deu origem à discussão de cada *cluster*, conforme a Figura 13.

existentes, já citadas aqui na pesquisa, e quando foi mencionado a execução de um projeto a ser implementado, nesse caso específico, na UFGD.

O *cluster* ‘produto’ relaciona-se com os termos mercado, convencional, cooperativa, legume, fruta e verdura, dentro do contexto das entrevistas, esses termos referem-se aos produtos que poderiam ser adquiridos pela AF e a origem dos mesmos, dessa forma, verifica-se que a origem atual desses produtos é do mercado convencional, Conforme relato dos participantes.

O principal fornecedor que atende o RU, é o CEASA/MS (Entrevistado 2 UFMS).

A maioria dos nossos produtos hortifrutis vem do CEASA/SP (Entrevistado 5 UFGD).

Já o *cluster* ‘restaurante’ aproxima-se dos termos nutricionista, falta e usuário, relacionando-se ao ambiente interno do restaurante, os usuários, e demais profissionais envolvidos. Em se tratando do profissional nutricionista, há realidades diferentes nas instituições. Enquanto na UFGD existe um número expressivo desses profissionais, tanto contratado pela empresa, como no setor de fiscalização de contrato, na UFMS, a empresa contratada apresenta o número necessário de nutricionistas durante as atividades do RU, porém, o termo ‘falta’ refere-se à ausência deste profissional para compor a equipe que fiscaliza a execução do contrato por parte da UFMS.

Uma das maiores dificuldades na elaboração do edital é a falta de um profissional da área (nutricionista), pois o gestor de contrato é administrador e um nutricionista mais próximo, participando da elaboração e acompanhamento poderia contribuir muito (Entrevistado 1 UFMS).

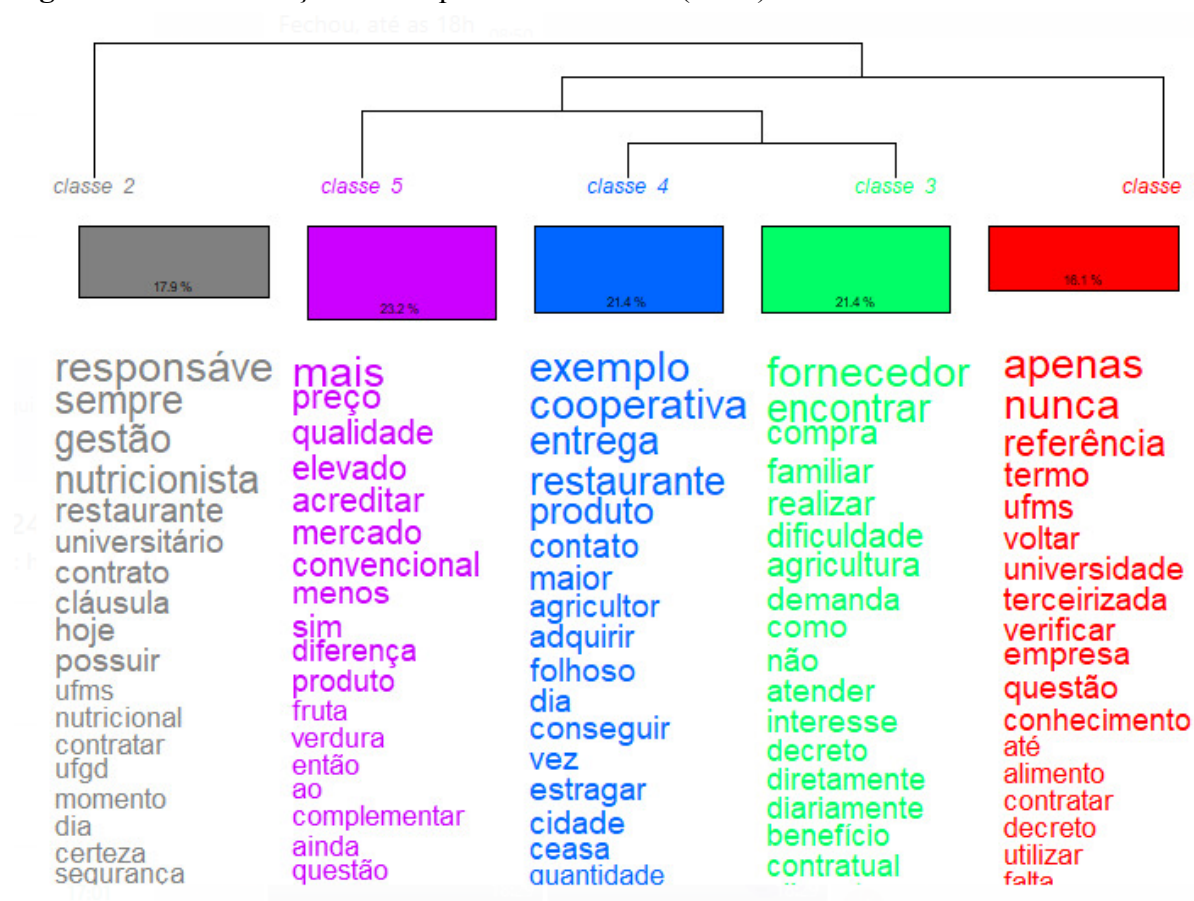
Por fim, o *cluster* ‘empresa’ próximo dos termos contrato, termo, terceirizada e edital, retrata a parte burocrática da contratação da empresa terceirizada, que inicia com a divulgação do termo de referência, documento que informa, dentre as várias cláusulas, as obrigações da empresa contratada e as informações necessárias para a adesão da empresa interessada no certame, para então seguir com as etapas posteriores de seleção e execução do contrato.

Ao fazer uma análise ampla dos *cluster* foi possível detectar uma conexão direta entre eles, já que cada cluster está vinculado às etapas do processo de aquisição de alimentos nos RUs, permitindo compreender o grau de relevância dos entrevistados sobre o tema, além de como essa questão está sendo abordada nas Instituições.

O terceiro recurso utilizado foi a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), essa análise permite a classificação dos trechos do texto de acordo com os vocabulários

semelhantes e de acordo com a frequência das formas reduzidas (palavras já lematizadas). Essas classes refletem o contexto de significado das palavras e podem indicar representações sociais ou elementos relacionados ao objeto social estudado (Camargo; Justo, 2013).

Figura 14 - Classificação Hierárquica Descendente (CHD)



Fonte: Dados da pesquisa

Conforme ilustrado na Figura 14, foram identificadas 5 classes, sendo que cada classe contém o percentual de sua representatividade em relação ao todo. É possível observar o posicionamento hierárquico das classes da seguinte forma.

A classe 2 (cinza) contém um tema que sustenta as demais classes, pois a primeira chave de ligação que está na parte superior da figura relaciona-se com a classe 1, interligando a segunda chave de ligação que relaciona-se com a classe 5, que sustenta as classes 4 e 3.

Uma segunda observação ainda sobre o posicionamento das classes é o agrupamento de temas entre a classe 4 (azul) e a classe 3 (verde) unidos por uma chave, significando a existência de proximidade entre elas.

Analisando o percentual de representatividade, a classe 5 é a classe dominante com 23,2%, apresentando os vocábulos ‘preço’, ‘qualidade’, ‘mercado’ e ‘convencional’, dentre os

termos que mais aparecem nas entrevistas realizadas. Assim, retomando ao contexto das entrevistas, e considerando a análise de conteúdo de Bardin (2016) que importa compreender as categorizações presentes nas classes a partir das palavras existentes e suas relações, esses termos referem-se a substantivos e adjetivos que estão relacionados ao processo de aquisição de alimentos nos RUs.

Os substantivos ‘preço’ e ‘mercado’ tem uma relação direta com a compra dos alimentos nos RUs, pois o fator preço é um dos mais importantes, direcionando o local onde são concretizadas as aquisições, influenciando diretamente a escolha, enquanto o adjetivo ‘convencional’ relaciona-se ao resultado dessa escolha, no caso das Instituições, categoriza o local onde os produtos são de fato adquiridos, e neste caso a UFGD realiza a maioria das compras no mercado convencional, enquanto a UFMS realiza 100% de suas compras também neste mercado.

Ainda sobre a Classe 5, o adjetivo ‘qualidade’ também desempenha um papel importante na aquisição de alimentos, pois no contexto das entrevistas, reflete a importância que as instituições atribuem aos alimentos que servem. A análise revela que tanto o mercado convencional quanto os produtos da Agricultura Familiar (AF) são percebidos como de qualidade semelhante. Portanto, a qualidade não constitui um obstáculo para a compra de alimentos da Agricultura Familiar.

Dando sequência a análise dos dados, verifica-se que as classes 4 e 3, apresentam um empate percentual de representatividade com 21,4% cada uma, o que implica dizer que as classes possuem a mesma proporção de ocorrência ou importância em relação ao todo. E que a proximidade de temas, unidas pela chave de ligação, induz que há uma conexão entre elas, abordando aspectos semelhantes ou complementares.

Constata-se que a classe 4 inclui termos relacionados a tentativa das instituições, e mais especificamente da UFMS, em explorar e conhecer um pouco o mercado da AF, retomando o contexto das entrevistas, o termo ‘contato’ remete ao momento em que houve a tentativa de comunicação com a Cooperativa da cidade de Campo Grande para analisar a disponibilidade e a ‘entrega’ dos produtos da AF. Tal procedimento visava a possibilidade de ‘adquirir’ os produtos da Cooperativa, a seguir relatos da entrevista sobre o termo contato.

Já fiz contato uma vez com uma cooperativa de Campo Grande, a fim de que pudesse suprir a demanda do RU, porém a maior dificuldade é que a Cooperativa não faz a entrega dos produtos...(Entrevistado 2 UFMS).

No mesmo sentido, a classe 3 complementa a classe 4, uma vez que o verbo ‘encontrar’ o substantivo ‘fornecedor’ e o adjetivo ‘dificuldade’ são termos utilizados pelos

entrevistados para justificar as fragilidades existentes na realização das compras, evidenciando as limitações estruturais e operacionais que interferem o processo.

Por sua vez, a classe 1 está na posição inversa da classe 2, indicando temáticas mais distantes e opostas. A classe 2 reúne vocábulos relacionados à gestão dos Restaurantes, seus profissionais e a parte burocrática dos contratos, apresentando os termos ‘responsável’, ‘nutricionista’, ‘contrato’ e ‘cláusula’ que remetem à organização e as normas que regem a atuação da empresa contratada.

Já a classe 1, ao utilizar os os advérbios ‘apenas’ e ‘nunca’ reflete a realidade atual das Universidades, quando comparado ao contexto das entrevistas indicam que as Instituições recorrem às Cooperativas, apenas em situações de necessidade, não conseguindo cumprir as diretrizes contratuais.

Dessa forma, as análises realizadas no *software*, a partir dos três recursos gráficos utilizados, reportando ao referencial teórico e às entrevistas, trouxeram perspectivas complementares à análise de conteúdo, demonstrando uma escolha assertiva para o enriquecimento da pesquisa.

Em seguida, a partir dos dados expostos e analisados, em cumprimento ao segundo objetivo específico, foi elaborado o Quadro 6 com algumas diretrizes que poderão auxiliar o processo de aquisição de alimentos da AF na UFMS e UFGD. Neste sentido, estas serão oportunamente encaminhadas para as Instituições envolvidas, em especial aos representantes dos RUs pesquisados, assim como também estará disponível, através do repositório da UFMS, para a sociedade, permitindo a difusão do conhecimento e a maior aproximação com esta relevante temática.

Quadro 6. Diretrizes para o processo de aquisição de produtos da agricultura familiar nos RUs da UFMS e UFGD.

Diretrizes	Ação	Tempo para realização	Formas para Implementação	Responsáveis
1. Conscientização dos atores envolvidos (Universidades, Representante dos RUs e a Sociedade) quanto aos benefícios que as compras da AF podem trazer para os usuários dos RUs e para a região.	Promoção de conscientização por meio da divulgação e disponibilização da presente investigação.	Curto prazo	Disponibilização do trabalho final aos atores envolvidos, na página da Instituição e publicação em periódicos.	Autora da pesquisa
2. Maior envolvimento dos atores no processo, principalmente os gestores das Instituições e os Representantes dos RUs.	Maior engajamento dos gestores das Universidades em promover reuniões com os demais atores.	Curto e médio prazo	Agendamento de reuniões periódicas com os Representantes dos RUs e os atores políticos.	UFMS e UFGD
3. Divulgação por parte das Universidades quanto ao interesse em adquirir os produtos da AF, como forma de incentivar a produção local pelos agricultores familiares.	Promoção de campanhas, chamadas públicas para cadastro de agricultores locais por parte das Instituições.	Curto e médio prazo	Publicação de editais e divulgação de notícias que de fato cheguem até o Agricultor Familiar e Cooperativas.	UFMS e UFGD
4. Chamamento da comunidade interna e externa para a possível execução de uma Horta que consiga atender, ao menos a parte folhosa dos RUs	Campanhas por parte das Universidades que envolvam a sociedade interna e externa.	Médio prazo	Reuniões rotineiras com os estudantes, professores da área e demais representantes da comunidade interna e externa às Universidades para que possam auxiliar nessa ação.	UFMS e UFGD
5. Fortalecimento governamental voltado à região Centro-Oeste para o desenvolvimento da AF, relacionado ao aumento da produção de forma que os preços praticados não sejam mais elevados do que os praticados no mercado convencional.	Maior engajamento governamental	Anualmente	Atuação dos governantes junto aos Agricultores Familiares, observando a realidade dos agricultores e das Cooperativas localizadas na região Centro-Oeste.	Governantes/Sociedade

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de aquisição de alimentos produzidos a partir da agricultura familiar pelas Instituições públicas, em especial pelos RUs do Brasil ainda requer muitos estudos, assim como a deflagração de novos esforços para se tornar mais robusta, mais acessível e que possa promover um comércio justo e inclusivo. Neste sentido, a presente pesquisa teve como objetivo principal compreender o processo de aquisição de alimentos provenientes da AF pelos maiores restaurantes universitários das Instituições Federais de Ensino Superior (IFEs) de MS: UFMS e UFGD.

Para o alcance deste objetivo foram coletados dados primários e secundários, o que permitiu o aproveitamento completo do material disponível. Dessa forma, os objetivos específicos foram trabalhados gerando entendimentos sobre a realidade das instituições conforme apresentados na seção de Resultados.

Constatou-se que tanto a UFMS quanto a UFGD terceirizam a gestão dos seus RUs, contratando empresas especializadas para gerenciar a alimentação servida. No caso da UFMS, o processo de compras é realizado 100% no mercado convencional, não detectando compras da AF. Já na UFGD, embora a maior parte das compras também ocorra no mercado convencional, há casos em que produtos da AF são adquiridos esporadicamente.

Quanto ao primeiro objetivo específico que propôs analisar a existência de possíveis entraves, fragilidades e potencialidades que permeiam o processo de compra de alimentos provenientes da agricultura familiar pelos RUs: foram identificadas várias dificuldades apontadas pelos entrevistados da UFMS e da UFGD, para a efetivação dessas compras, incluindo questões relacionadas ao preço, à disponibilidade dos produtos, e pouca interação entre os envolvidos.

Vale destacar que as políticas públicas representam um meio para auxiliar os agricultores familiares a inserirem seus produtos de forma mais efetiva e participativa no mercado institucional, representando um impulso para as instituições adquirirem os produtos, porém essa interação ainda não ocorreu de maneira significativa nas instituições analisadas, indicando a necessidade de um planejamento mais ajustado para implementar essa ação.

É Importante mencionar que a região Centro-Oeste, conforme apontam os dados do IBGE (2016) na Figura 1, não tem como forte uma cultura voltada à AF, apresentando o menor percentual de pessoas ocupadas nesses estabelecimentos, o que dificulta a implementação dessas compras pelas instituições. Como mencionado pelos entrevistados, há

difficuldade em encontrar fornecedores que possam atender a demanda dos RUs de forma contínua.

Outra constatação, é a diferença dos preços praticados pelos agricultores familiares, que frequentemente oferecem seus produtos com preço mais elevado que o mercado convencional, configurando-se como um entrave no processo de aquisição desses alimentos.

Em relação ao segundo objetivo específico, este propôs ações mais ajustadas e inclusivas para o aprimoramento do processo de aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar pelas IFES analisadas. Para o seu cumprimento foi elaborado o Quadro 6 com Diretrizes destinadas a auxiliar as ações das instituições UFMS e UFGD no processo de compras de produtos da AF em seus Restaurantes Universitários.

Desta forma, as instituições analisadas terão acesso a um conjunto estruturado de orientações para aprimorar o processo de aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar (AF). Esse quadro fornece diretrizes específicas, apontando as ações que precisam ser adotadas para otimizar a compra desses alimentos. Cada diretriz detalha a ação recomendada, o objetivo específico que visa alcançar, o prazo estipulado para a sua implementação, como a ação deve ser executada, e a designação do responsável por sua realização.

Essas informações visam facilitar a aplicação prática das melhorias sugeridas, permitindo que as instituições planejem e implementem mudanças de maneira organizada e eficiente.

Considerando que a alimentação é uma atividade meio das Universidades, compreende-se que as instituições além primar pelas atividades fins como ensino, pesquisa e extensão, precisam olhar com atenção às atividades meio, e a alimentação advinda da AF, além de oferecer mais qualidade de vida para a comunidade acadêmica, contribui também para o desenvolvimento local dos agricultores da região, impulsionando o mercado institucional e contribuindo para a sustentabilidade social e ambiental.

Retomando ao objetivo principal da pesquisa, tendo em vista os resultados encontrados e as reflexões realizadas, constata-se que as Instituições UFMS e UFGD reconhecem a importância de adquirir os alimentos da AF, mas poucas ações foram efetivamente realizadas para impulsionar esse movimento.

Apesar da abertura de espaço e do reconhecimento das limitações existentes por parte das Universidades, o estudo revela que, desde a publicação do Decreto n. 8.473/2015, essas instituições não conseguiram implementar essa prática em seus RUs.

No entanto, foi identificado um potencial para melhorar o processo de compras, visto que tanto a UFMS quanto a UFGD demonstraram disposição para fortalecer a colaboração

entre os atores envolvidos, o que pode resultar em avanços significativos. Além disso, vale destacar que o Mercado Escola, recém inaugurado na UFMS, pode atuar como um impulsionador, facilitando a concretização dessas aquisições.

Como limitação da pesquisa, destaca-se o curto período de tempo para a conclusão, influenciando a capacidade de fazer levantamentos mais detalhados nas Instituições, e de expandir as entrevistas aos gestores da UFMS, e agricultores da região para uma visão mais ampla.

Para futuras pesquisas, sugere-se o levantamento atual dos agricultores familiares atuantes no estado de MS e na região Centro-Oeste, uma análise da capacidade de produção, e da disponibilidade para atender as Instituições envolvidas, bem como outras que demonstrem interesse na implementação dos produtos da AF. Outra sugestão é replicar esta pesquisa em momento posterior para avaliar o progresso das Instituições analisadas.

Por fim, ressalta-se a importância da incorporação de alimentos da Agricultura Familiar nos RUs como um meio de promover um comércio justo e inclusivo. Esse vínculo fortalecido entre as universidades, a sociedade e os agricultores familiares contribui para a oferta de uma alimentação mais saudável, ao mesmo tempo que alinha suas práticas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

REFERÊNCIAS

- AMORIM, A. L. B.; RIBEIRO JUNIOR, J. R. S.; BANDONI, D. H. (2020), National School Feeding Program: Strategies to Overcome Food Insecurities during and after the COVID-19 Pandemic. **Revista de Administração Pública**, Vol. 54, pp. 1134-1145.
- AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2015. p. 53-81, 2015.
- ARAÚJO, G. C. **Compras públicas sustentáveis: uma análise do governo como indutor de ações socioambientais ao longo das cadeias de suprimentos**. 2015. Tese (Doutorado) - Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2015.
- ASSIS, S. C. R. **Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade compra institucional, na Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais e situação de (in) segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares beneficiários fornecedores**. 2016. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) - Universidade Federal de Viçosa - UFV, Viçosa, MG, 2016.
- AZEVEDO, P. F. Emergência de Instituições de Mercado: a criação de mercados como política para a agricultura. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 209- 228.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Ed. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARROSO, L. S. **As compras institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: dietas sustentáveis em restaurantes universitários**. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - UFRGS, Porto Alegre, RS, 2019.
- BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de jul. de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 05 set 2023.
- BRASIL. Decreto nº 7.775, de 4 de jul. de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Brasília, DF, julho de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7775.htm. Acesso em: 19 nov. 22.

BRASIL. **Decreto nº 8.473, de 22 de jun. de 2015.** Estabelece, no âmbito da Administração Pública federal, o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/D8473.htm. Acesso em: 21 nov. 22.

BRASIL. **Decreto Nº 10.880, de 2 de dez. de 2021.** Dispõe sobre o Regulamento do Programa Alimenta Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021. Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10880.htm#art38. Acesso em 18 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 11.476, de 6 de abr. de 2023.** 2023a Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pela Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, e dispõe sobre o funcionamento do Grupo Gestor do PAA e do Comitê de Assessoramento do Grupo Gestor do PAA. Brasília, DF, 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11476.htm#art32. Acesso em: 28 nov. 22.

BRASIL. **Decreto Nº 11.802, de 28 de nov. de 2023.** 2023b. Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, instituído pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11802.htm#:~:text=D11802&text=Regulamenta%20o%20Programa%20de%20Aquisi%C3%A7%C3%A3o,20%20de%20julho%20de%202023.&text=DISPOSI%C3%87%C3%95ES%20PRELIMINARES-,Art.,20%20de%20julho%20de%202023. Acesso em 25 mai. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.696, de 2 de Jul. de 2003.** Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.696.htm. Acesso em: 02 dez. 22.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de jul. de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial União, Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/L11326.htm. Acesso em: 10 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de jun. de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 10 dez. 22.

BRASIL. **Lei nº 14.284, de 29 de dez. de 2021.** Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.284-de-29-de-dezembro-de-2021-370918498>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.628, de 20 de jul. de 2023.** Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2023. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14628.htm

Acesso em: 03 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE**, 2022. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>> Acesso em: 18 mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE**. Resolução nº 26 de 17 de julho de 2013. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 18 jul. 2013. Seção 1, p.115.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento social e agrário. **PAA Compra Institucional**. Disponível em:

<<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/programa-de-aquisicao-de-alimentos/compra-institucional>> Acesso em 15 out. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 27 mar. 2022.

BRASIL. **Agricultura Familiar**. Entenda como funciona o Programa de Aquisição de Alimentos. 2020. Disponível em:

<<https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2020/01/entenda-como-funciona-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos>> Acesso em: 18 dez. 2022.

BRASIL. MEC. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação**, 2024. Disponível em:

<<https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/org-ao-colegiado/cne/diretrizes-nacionais-para-a-educacao>> Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. MPOG. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; ICLEI, Governos Locais pela Sustentabilidade. **Guia de compras públicas sustentáveis para Administração Federal**. Brasília, 2010. Disponível em:

<https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/logistica-publica-sustentavel/materiais-de-apoio/biblioteca-digital/guia-de-compras-publicas-sustentaveis-para-a-administracao-federal-iclei_mpog.pdf> Acesso em 11 mar. 2024.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CAMARGO, R. A. L.; BACCARIN, J.G.; SILVA, D. B. P. **O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar**. Temas de Administração Pública, v. 8, n. 2, p. 1-21, 2013.

CARDOSO, C. I. X. S.; MENEZES, D. P. S.; SOUZA, A. M.; BAUDEL, R. M.; CALAZANS, D. L. M. S. Restaurante Universitário da UFPE: uma abordagem sistêmica. **Revista Gestão Universitária Na América Latina-GUAL**, v. 11, n. 3, p. 211-234, 2018.

CARVALHOSA, C. S. **Análise da Política de Segurança Alimentar**: um olhar para a alimentação escolar como política social. Seminário Nacional de Serviço Social, trabalho e política social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: SC, 27 a 29 de outubro de 2015.

CECCONELLO, E. R. F.; MORO, L. D.; FOGUESATTO, C. R.; BREICHTENBACH, R. NECKEL, A.; SPANHOL, C. P.; VIEIRA-FILHO, J. E. R.; MORES, G.V.. Desafios e Potencialidades da Sustentabilidade no Mercado Institucional de Alimentos da Agricultura Familiar. **Sustentabilidade**, v. 15, n. 22, pág. 15796, 2023.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Agricultura Familiar**. Brasília: Conab, 2022. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

CONCEIÇÃO, C. A; FABRINI, J. E. O Estado e as políticas públicas no território da agricultura camponesa nos municípios do Cone Sul de Mato Grosso do Sul. In: (Org.) FERREIRA, P. S; SILVA, C. A. Fronteiras, Territórios & Políticas Públicas. 1. ed. Porto Alegre, RS : Totalbooks, 2023. p. 121-146, 2023.

CONRAD, L. G. CEASA do futuro – cidade do abastecimento. **Plano Estadual de Abastecimento e Segurança Alimentar e Apoio à Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar 2011-2014**. Porto Alegre: CEASA, 2011.

CONTERATO, M.; NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W.; SCHNEIDER, S. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). Os atores do desenvolvimento rural. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEGGERONE, Z. A. **Caracterização dos mercados agroalimentares no Alto Uruguai - RS**: um estudo sobre o processo de mercantilização da agricultura familiar em Aratiba-RS. 2021. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/232595>. Acesso em: 23 out. 2023.

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. 2019. **Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1190270/>. Acesso em: 19 nov. 2023.

FERRAZ, T. V.; COSTA, L.; BALDAM, R. L.; COELHO JUNIOR, T. P. Práticas sustentáveis em restaurantes universitários de universidades federais brasileiras. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 15, n. 8, p. 7089-7114, 2023.

FERNANDES, P. F. **Identificação da demanda para a inserção de produtos da agricultura familiar no Programa de Alimentação Escolar do Rio Grande do Sul**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - UFRGS, Porto Alegre, RS, 2013.

FORNAZIER, A.; BELIK, W. Articulação entre políticas de compras governamentais da agricultura familiar e políticas territoriais. **Planejamento e políticas públicas**. n. 52. 2019| p.460-487, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/963>. Acesso em: 28 fev. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GIOMBELLI, G. P. **Transição sustentável das compras públicas de alimentos: o caso dos restaurantes das universidades federais no estado do Paraná**. 2018. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável) - UFFS, Laranjeiras do Sul, PR, 2018.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de Assentamentos** 2010; 13(1): 137-170. Disponível em: <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2010.v13i1.69>. Acesso em 16 set. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**: Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 11 mai. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 11 mai. 2022.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 29, n. 2, p. 159-176, 2008.

KROTH, D. C.; GEREMIA, D. S.; MUSSIO, B. R. Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma política pública saudável. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 4065-4076, 2020.

LIMA, F. A. A.; PAIÃO, A. F.; TRICHES, R. M. Conciliando cardápios saudáveis e sustentáveis com menor custo em restaurante universitário. **Interfaces Científicas-Saúde e Ambiente**, v. 9, n. 2, p. 245-260, 2023.

MACHADO, P. M. D. O.; SCHMITZ, B. D. A. S.; GONZÁLEZ-CHICA, D. A.; CORSO, A. C. T.; VASCONCELOS, F. D. A. G. D.; GABRIEL, C. G. (2018). Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 4153-4164, 2018.

MARTINS, A. F. G. **A produção Ecológica de arroz nos assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre**: territórios de resistência ativa e emancipação. (Tese). Doutorado apresentado no Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre-RS, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo-SP: Hucitec, 2014.

OLIVEIRA, A. Quem produz os alimentos que chegam à mesa do brasileiro. **Rede Brasil Atual**, 15 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2018/01/quem-produz-os-alimentos-que-chega-m-a-mesa-do-brasileiro/> Acesso em: 11 mai. 2022.

OLIVEIRA, B. C. S. C. M.; SANTOS, L. M. L. Compras públicas como política para o desenvolvimento sustentável. **Rev. Adm. Pública**, v.49, n. 1 p. 189-206, Rio de Janeiro. 2015.

OLIVEIRA, D; GRISA, C; NIEDERLE, P. Inovações e novidades na construção de mercados para a agricultura familiar: os casos da Rede Ecovida de Agroecologia e da RedeCoop. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 25, n. 1, p. 135-163, 2020.

PARIZOTTO, L. D. **Aquisição de alimentos da agricultura familiar para restaurantes universitários**: estudo de caso em um campus da universidade federal da fronteira sul. 2019. 184 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Saúde, Unochapecó, Santa Catarina, 2019.

PITALUGA, C. M. ; BOIA, K. C. C. ; LOPES, J. C. J. ; SPANHOL-FINOCCHIO, C. P. Circuitos alimentares: A dinâmica de abastecimento entre a agricultura familiar e a alimentação escolar. In: ULHÔA, J. L. R. (Org.). **Biodiversidade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**. 2ed. Piracanjuba: Conhecimento Livre, 2020, v. II, p. 270-294.

PITALUGA, C. M.; BOURLEGAT, C. A. Abastecimento alimentar pela agricultura familiar aos mercados institucionais em Mato Grosso do Sul. **Retratos de Assentamentos**, v. 25, n. 1, p. 69-93, 2022.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

POMPEIA, C.; SCHNEIDER, S. As diferentes narrativas alimentares do agronegócio. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Vol. 57, Edição Especial - Agronegócio em tempos de colapso planetário: abordagens críticas, p.175-198, jun 2021.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RODRIGUES, A. R. Agricultura familiar no contexto das compras institucionais: estudo de caso do programa nacional de alimentação escolar. **Journal of Education Science and Health**, v. 3, n. 1, p. 1-13, 2023.

ROSSMAN, G. B.; RALLIS, S. F. **Learning in the field**: An Introduction to qualitative research. Thousand Oaks, CA: Sage.1998.

SALGADO, R. J. S. F.; DIAS, M. M.; SOUZA W. J. Agricultura familiar, extensão rural e soberania e segurança alimentar e nutricional: delimitando categorias analíticas à luz da implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Brasil. **Mundo Agrário**. v. 21, n. 46, p. 137-137, 2020.

SALGADO, R. J. S. F.; SOUZA, W. J. D.; FERREIRA, M. A. M. Compra institucional de produtos da agricultura familiar: avaliando a execução do Programa de Aquisição de Alimentos pelas universidades federais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, 2021.

SAMBUICHI, R.H.R.; GALINDO, E. P.; PEREIRA, R. M.; CONSTANTINO, M.; RABETTI S. M. **Diversidade da Produção nos Estabelecimentos da Agricultura Familiar no Brasil**: uma análise econométrica baseada no cadastro da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). **IPEA**, 2016.

SAMBUICHI, R.H R.; ALMEIDA, A. F. C. S. D.; PERIN, G.; SPÍNOLA, P. A. C.; PELLA, A. F. C. The Food Acquisition Program (PAA) as a strategy to face the challenges of COVID-19.. *Revista de Administração Pública*, v. 54, p. 1079-1096, 2020.

SANTOS, A. C. M.; FELIX, T. S. **Implantação do Programa de Aquisição de Alimentos-Modalidade Compra Institucional na Universidade Federal de Alagoas**: avanços e retrocessos. 2022. Dissertação (Graduação em Serviço Social) - UFAL, Maceió, Al, 2022.

SANTOS, F. R. **Incorporação de critérios de sustentabilidade nas compras públicas da Universidade Federal da Grande Dourados**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - UFGD, Dourados,MS.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**, v. 1, p. 93-140, 2016.

SILVA, M. B. O.; MOREIRA, M. C. S.; ARRUDA, D. O.; MARIANI, M. A. P. Como os turistas provenientes de países do Corredor Bioceânico “enxergam” os atrativos turísticos de Bonito, MS: uma análise calcada em princípios da netnografia. **Interações**, v. 20, p. 91-106, 2019.

SILVA, M. B. O.; ARRUDA, D. O.; MARIANI, M. A. P. Boca a boca online no turismo: análise netnográfica de avaliações no setor hoteleiro. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 15, n. 1, p. 58-80, 2021.

SILVA, W. R. **Percepções dos diretores das escolas públicas estaduais de Campo Grande/MS sobre a lei do PNAE e produtos adquiridos da agricultura familiar**. 2016. Dissertação (Mestrado em Administração) - UFMS, Campo Grande, MS, 2016.

SOUZA, G. V.; FAVA, H. L.; CINTRA, R. F. Restaurante universitário no contexto da assistência estudantil: Análise da produção científica (2010-2021). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. e023153 - e023153, 2023.

SOUZA, O.T.; MIGUEL, L. A.; FLEURY, A.C.; BILLAUD, J. P.; ZANONI, M. **Diálogos contemporâneos acerca da questão agrária e agricultura familiar no Brasil e na França**. RS, Ed. Pucrs, 2019.

SOUZA, Y. S. O. O uso do software Iramuteq: fundamentos de lexicometria para pesquisas qualitativas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 21, n. 4, p. 1541-1560, 2021.

TELLES, R. A efetividade da matriz de amarração de Mazzon nas pesquisas em Administração. **Revista de Administração**, v. 36, n. 4, p. 64–72, 2001.

TRICHES, R. M.; RUIZ, E. N. F.; KIRSTEN, V. R.; TEO, C. R. P. A. Compra de Produtos da Agricultura Familiar pelos Restaurantes Universitários das Universidades Federais no Sul do Brasil. **Revista Nera**, n. 62, 2022.

TRICHES, R. M.; RANZI, M.E.; TEO, C. R. P. A.; RUIZ, E. N. F. Iniciativas de compras Públicas de Produtos da Agricultura Familiar para os Restaurantes Universitários. **Revista Grifos**, v. 32, n. 59, p. 01-21, 2023.

UFGD. Ranking da revista inglesa THE classifica a UFGD entre as melhores universidades da América Latina. 2021. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/noticias/ranking-da-revista-inglesa-the-classifica-a-ufgd-entre-as-melhores-universidades-da-america-latina>. Acesso em: 10 de set. 2023.

UFGD. **Edital de licitação Pregão Eletrônico n. 1/2024**. Dourados-MS, 2024.

Disponível em:

<https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/LICITACAO/edital%20e%20anexos%20PE%20012024.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2024.

UFGD. 2022-2026 PDI da UFGD. 2021 Disponível em:

<https://portal.ufgd.edu.br/secao/pdi-2022-2026/pdi-versao-final>. Acesso em 21 jun. 2023.

UFGD. **Restaurante Universitário da UFGD: investimentos e ampliação em prol da comunidade acadêmica**. Dourados-MS, 2020.

Disponível em:

<https://portal.ufgd.edu.br/noticias/restaurante-universitario-da-ufgd-investimentos-e-ampliacao-em-prol-da-comunidade-academica>. Acesso em: 10 abr. 2024.

UFMS. 2020-2024.**PDI/PPI da UFMS**. 2023a Disponível em: <https://www.ufms.br/wp-content/uploads/2023/06/pdi-ppi-2020-2024-v2.2-web.pdf>. Acesso em 21 jun. 2023.

UFMS. **Edital de licitação Pregão Eletrônico n.03/2022**. Campo Grande-MS, 2022. Disponível em: <https://proadi.ufms.br/pregao-eletronico-no-03-2022-contratacao-de-pessoa-juridica-para-prestacao-de-servicos-de-alimentacao-preparo-e-distribuicao-de-refeicao-almoco-e-jantar-por-meio-da-operacionalizacao/>. Acesso em: 5 fev. 2024.

UFMS. Diavi. **UFMS fica entre as 30 melhores Universidades Brasileiras, aponta ranking internacional**. Campo Grande-MS, 2023b. Disponível em: <https://diavi.ufms.br/ufms-fica-entre-as-30-melhores-universidades-brasileiras-aponta-ranking-internacional/#:~:text=A%20UFMS%20foi%20elencada%20como,14%20posi%C3%A7%C3%B5es%20na%20classifica%C3%A7%C3%A3o%20mundial>. Acesso em: 09 set. 2023.

UFMS. **Mercado Escola será referência em assistência técnica e comercialização para o Brasil**. Campo Grande-MS, 2021. Disponível em: <https://www.ufms.br/mercado-escola-sera-referencia-em-assistencia-tecnica-e-comercializacao-para-o-brasil/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

VIDRIK, K. N. Indicadores de qualidade do restaurante universitário da Universidade do Sagrado Coração–Bauru, SP: **Um estudo de caso**. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Estratégica em Hospitalidade) – Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2006.

VILLAR, B. S.; SCHWARTZMAN, F.; JANUARIO, B. L.; RAMOS, J. F. Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 16, p. 223-226, 2013.

Apêndice A – Roteiro para Entrevista com o Gestor/Fiscal de Contrato da Instituição

1. Qual a forma de gestão do Restaurante Universitário, poderia falar sobre a história e as formas de Gestão do RU?
2. No caso de terceirização, qual a modalidade de licitação para a contratação de empresas para gerenciamento do RU?
3. A Universidade tem conhecimento da Política Pública do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?
4. A Universidade tem conhecimento do Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015 que estabelece no âmbito da Administração Pública Federal, o percentual mínimo de 30% destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações?
5. Qual a frequência das aquisições de alimentos no Restaurante Universitário?
6. Qual o repasse médio anual da Universidade para o RU?
7. Quantas refeições são servidas diariamente?
8. Quais os cinco principais alimentos servidos nos RU?
9. Qual a quantidade média (anual) desses alimentos para abastecer o Restaurante Universitário analisado, da Instituição?
10. Foi realizada alguma iniciativa por parte da Instituição, para aquisição de alimentos da Agricultura Familiar (AF) desde a publicação do Decreto n. 8.473/2015? Falar um pouco sobre.

Em caso afirmativo, disponibilizar documentos e/ou descrever as ações.

11. Qual o envolvimento da Universidade no Processo de Compras? E na elaboração e/ou no desenvolvimento do edital?
12. Em algum momento desde a publicação do Decreto de 2015, a Instituição adquiriu produtos da Agricultura Familiar? Em caso afirmativo descrever e/ou disponibilizar documentos que possam auxiliar como: editais, contratos e outros)
13. Quais as dificuldades ou barreiras para o processo de aquisição de alimentos da Agricultura Familiar pelo Restaurante Universitário?
14. O que foi feito ou está sendo feito para superar estas dificuldades? (conscientização, diálogo, confiança).

15. Acredita que as motivações abaixo podem auxiliar para a implementação do processo de Compras de Alimentos da AF? Justifique.

Motivação Política

Preocupação econômica

Preocupação com a segurança alimentar nutricional

Preocupação com a sustentabilidade e a soberania alimentar

16. Há um planejamento/discussão para novas ações no que se refere à aquisição de compra de alimentos da AF para o Restaurante Universitário?

17. Como a Universidade entende a obrigatoriedade da aquisição de no mínimo 30% de gêneros alimentícios da AF?

18. A partir da inauguração do Mercado Escola, existe algum planejamento ou estruturação de processo para a comercialização junto ao RU? (pergunta específica para a UFMS).

Apêndice B - Roteiro de Entrevista com o Representante do Restaurante Universitário

1. Em que ano a empresa foi contratada pela Universidade, qual a duração do contrato?
2. A empresa atende outras instituições públicas? Alimentos oriundos da AF são utilizados como ingrediente das refeições?
3. Qual a origem das frutas, verduras e legumes adquiridos para as refeições do RU?
4. O Restaurante faz uso de produtos beneficiados e/ou agroindustrializados provenientes da AF?
5. Tem conhecimento sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015 que estabelece no âmbito da Administração Pública Federal, o percentual mínimo de 30% destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações?
6. Há cláusula no contrato informando os requisitos da contratação, destacando os critérios de sustentabilidade, “a aquisição dos produtos a serem utilizados na preparação das refeições pela contratada dos produtores rurais da agricultura familiar e/ou oriundos de projetos da contratante, quando por ela ofertados, respeitadas as condições de preço e qualidade dos demais fornecedores”
O Restaurante segue essa orientação?
7. Há alguma iniciativa e/ou aproximação junto aos agricultores familiares visando a comercialização de alimentos da Agricultura Familiar (AF)? Em caso afirmativo, discorrer sobre o processo.
8. O Restaurante percebe algum benefício ou vantagem na aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar? Em caso afirmativo, descreva quais benefícios.
9. O Restaurante faz aquisição de alimentos provenientes de Associações ou Cooperativas familiares?
10. Existem dificuldades e/ou barreiras para a aquisição de alimentos da Agricultura Familiar? Se existem quais ações foram adotadas para superar essas dificuldades?
11. Qual a autonomia dos nutricionistas para a elaboração dos cardápios?
12. O Restaurante tem a preocupação com a segurança alimentar e nutricional? Se sim, como isso é traduzido de forma prática?

13. Existe alguma tratativa/orientação com a Universidade no que se refere ao atendimento ao PNAE?

14. Quais os desafios para aquisição de alimentos da AF e como poderiam ser superados?

Apêndice C - Roteiro de Entrevista com o Nutricionista do Restaurante Universitário

1. Você conhece a procedência dos alimentos servidos no Restaurante Universitário, se os mesmos advêm da Agricultura Familiar (AF) ou do mercado convencional?
2. Você acredita que os alimentos provenientes da AF são mais saudáveis e nutritivos? Quais benefícios esses alimentos poderiam trazer para os estudantes?
3. Você tem conhecimento sobre Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015 que estabelece no âmbito da Administração Pública Federal, o percentual mínimo de 30% destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações?
4. Quais critérios são adotados para a elaboração dos cardápios?
5. Existe a preocupação na aquisição de FLV produzidos no Mato Grosso do Sul?
6. Existe alguma preocupação com a aquisição de alimentos que respeitem a soberania alimentar?
7. Quais os desafios para aquisição de alimentos da AF e como poderiam ser superados?
8. Acredita que os alimentos provenientes da AF proporcionam uma maior segurança alimentar e nutricional?